



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Resolução nº 064, de 23 de outubro de 2018.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, considerando o que foi deliberado na reunião deste Conselho realizada em 23/10/2018, no *Campus* Bento Gonçalves, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), conforme documento anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Júlio Xandro Heck
Presidente do Conselho Superior IFRS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

**PLANO ESTRATÉGICO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS
ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**
Aprovado pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 064, de 23 de outubro de 2018.

Bento Gonçalves, outubro de 2018.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IFRS

Reitor *pro tempore*

Júlio Xandro Heck

Pró-reitora de Administração

Tatiana Weber

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

Amilton de Moura Figueiredo

Pró-reitor de Ensino

Lucas Coradini

Pró-reitora de Extensão

Marlova Benedetti

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Eduardo Giroto

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Alvorada

Fábio Marçal

Diretora-geral do Campus Bento Gonçalves

Soeni Bellé

Diretor-geral do Campus Canoas

Mariano Nicolao

Diretor-geral do Campus Caxias do Sul

Juliano Cantareli Toniolo

Diretor-geral do Campus Erechim

Eduardo Angonesi Predebon

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Farroupilha

Leandro Lumbieri

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Feliz

Giovani Forgiarini Aiub

Diretora-geral do Campus Ibirubá

Migacir Trindade Duarte Flôres

Diretor-geral do Campus Osório

Claudino Andrighetto

Diretor-geral do Campus Porto Alegre

Marcelo Augusto Rauh Schmitt

Diretor-geral do Campus Restinga

Gleison Samuel do Nascimento

Diretor-geral do Campus Rio Grande

Alexandre Jesus da Silva Machado

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Rolante

Jesus Rosemar Borges

Diretor-geral do Campus Sertão

Odair José Spenthof

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Vacaria

Gilberto Luiz Putti

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Avançado Veranópolis

Erik Schuller

Diretor-geral *pro tempore* do Campus Viamão

Alexandre Martins Vidor



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO
DOS ESTUDANTES DO IFRS**

Karina Rossini – Siape nº 1870917– PROEN
Maria Cristina Caminha de Castilhos França – Siape nº 1796654– PROEN
Juliana Souza Lopes Hott da Rocha - Siape nº 1695242– PROEN
Nayara Pansera Balbinot – Siape nº 1153411 – GTPAE
Julia Marques Carvalho da Silva – Siape nº 1756906 – EAD
Paula Maria Zanotelli – Siape nº 1244525 – PROEN
Grasiele Borgmann – Siape nº 2000169 – PROPI
Priscila Martins Vidor – Siape nº 2353914 – Comunicação
Leila Schwartz - Siape nº 1869160 – PROEX
Leonardo da Silva Cezarini - Siape nº 1797087 – PRODI
Greicimara Vogt Ferrari – Siape nº 1797102 – PROEN
Juceli da Silva – Siape nº 1993293 – *Campus Alvorada*
Adriana Lopes – Siape nº 1813413 – *Campus Bento Gonçalves*
Eduardo Meliga Pompermayer – Siape nº 1718277– *Campus Canoas*
Fernanda Regina Bresciani – Siape nº 2046572 – *Campus Caxias do Sul*
Noemi Luciane dos Santos – Siape nº 1796637 – *Campus Erechim*
Pâmela Corrêa Peres Guareschi – Siape nº 2349079 – *Campus Farroupilha*
Diolinda Franciele Winterhalter - SIAPE nº 2327929 - *Campus Feliz*
Sandra Rejane Zorzo Peringer – Siape nº 2037434 – *Campus Ibirubá*
Isabel Cristina Tedesco Selistre – Siape nº 2916354 – *Campus Osório*
Fabio Yoshimitsu Okuyama – Siape nº 1796638 – *Campus Porto Alegre*
Tiago Bassani Rech – Siape nº 1766400 – *Campus Restinga*
Franciane Coimbra – Siape nº 161127 – *Campus Rio Grande*
Neila Sperotto– Siape nº 2327660 – *Campus Rolante*
Rodrigo Ferronato Beatrici – Siape nº 1827151 – *Campus Sertão*
Rosemeri Argenta – Siape nº 2239274 – *Campus Vacaria*
Franck Joy de Almeida – Siape nº 1858081 – *Campus Veranópolis*
Maria Clarice Oliveira – Siape nº 2223321– *Campus Viamão*



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO I	10
PERFIL INSTITUCIONAL.....	10
1.1. NATUREZA INSTITUCIONAL.....	10
1.2. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA E PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS	11
1.3. MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS DO IFRS	12
1.3.1. Missão do IFRS.....	12
1.3.2. Visão Institucional	13
1.3.3. Princípios	13
CAPÍTULO II	13
BASES CONCEITUAIS.....	13
CAPÍTULO III	16
ASPECTOS METODOLÓGICOS	16
3.1. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	16
3.1.1. Fase 1: Formação de uma comissão e subcomissões de acompanhamento de ações de permanência e êxito dos estudantes – CIAAPE.....	17
3.1.2. Fase 2: Construção dos indicadores quantitativos	17
3.1.3. Fase 3: Diagnóstico qualitativo dos fatores de evasão/reprovação	18
3.1.4. Fase 4: Elaboração do plano estratégico institucional.....	18
3.1.5. Fase 5: Elaboração dos Planos Estratégicos dos <i>Campi</i>	19
3.2. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES QUALITATIVOS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO	19
3.2.1. Categorização qualitativa dos fatores de evasão e de retenção/reprovação	19
3.3. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES QUANTITATIVOS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO	20
CAPÍTULO IV	24
DIAGNÓSTICO	24
4.1. INDICADORES QUANTITATIVOS	24
4.2.1 Comparação entre indicadores gerais do IFRS, unidades consolidadas e não consolidadas	27
4.2.2. Comparação entre indicadores gerais do IFRS.....	35
4.2.3. Índice de Eficiência e Eficácia	38
4.2 INDICADORES QUALITATIVOS	47
CAPÍTULO V	49
OBJETIVOS, METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS	49
5.1. OBJETIVOS.....	49
5.2 METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS	49
5.2.1 METAS QUANTITATIVAS.....	49
5.2.2 METAS QUALITATIVAS	50
CAPÍTULO VI.....	60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES, DAS METAS E DAS AÇÕES	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	63
ANEXO I	64
ANEXO II	74



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição geográfica dos Campi do IFRS.....	10
Figura 2: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Retenção entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2016.....	27
Figura 3: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Retenção entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2016.....	27
Figura 4: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Conclusão entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	28
Figura 5: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Conclusão entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	28
Figura 6: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Evasão entre Unidades Consolidadas, Unidades	29
Figura 7: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Evasão entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	29
Figura 8: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Matrícula Continuada Regular entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	30
Figura 9: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Matrícula Continuada Regular entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	30
Figura 10: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Matrícula Continuada Retida entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	31
Figura 11: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Matrícula Continuada Retida entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	31
Figura 12: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Efetividade Acadêmica entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	32
Figura 13: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Efetividade Acadêmica entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	32
Figura 14: Comparativo do Indicador quantitativo Índice de Eficiência entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	33
Figura 15: Comparativo do Indicador quantitativo Índice de Eficiência entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.....	33
Figura 16: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Permanência entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, e Êxito no período de 2011 a 2017.....	34
Figura 17: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Permanência entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, e Êxito no período de 2011 a 2017.....	34
Figura 18: Indicadores quantitativos gerais do IFRS, 2011 a 2017.	35
Figura 19: Indicadores quantitativos das Unidades Consolidadas, 2011 a 2017.	36
Figura 20: Indicadores quantitativos das Unidades em Consolidação, 2011 a 2017.	36
Figura 21: Indicadores quantitativos gerais do IFRS, 2011 a 2017.	37
Figura 22: Indicadores quantitativos das Unidades Consolidadas, 2011 a 2017.	37
Figura 23: Indicadores quantitativos das Unidades em Consolidação, 2011 a 2017.	38
Figura 24: Índice de Eficiência das Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS em 2016.....	39
Figura 25: Índice de Eficácia Acadêmicas das Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS em 2016.	40
Figura 26: Índice de Eficiência Acadêmica geral do IFRS e de cada Campus em 2016.....	41
Figura 27: Índice de Eficácia Acadêmica geral do IFRS e de cada Campus em 2016.	41
Figura 28: Somatório das Taxa de Matrícula Continuada Regular, Taxa de Matrícula	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Continuada a Taxa de Conclusão e a Taxa de Evasão, global do IFRS e de cada Campus, referente ao ano de 2016.....	42
Figura 29: Comparativo das Taxa de Matrícula Continuada Regular, Taxa de Matrícula Continuada a Taxa de Conclusão e a Taxa de Evasão, global do IFRS e de cada Campus, referente ao ano de 2016.....	43
Figura 30: Taxa de Efetividade Acadêmica e Taxa de Permanência e Êxito global do IFRS e de cada Campus, referente ao ano de 2016.....	43
Figura 31: Taxa de Efetividade Acadêmica, Taxa de Permanência e Êxito e Taxa de Eficácia dos cursos técnicos, referentes ao ano de 2016.....	44
Figura 32: Taxa de Matrícula Continuada Retida, Taxa de Matrícula Continuada Regular, Taxa de Conclusão, e Taxa de Evasão dos cursos técnicos, referentes ao ano de 2016.....	45
Figura 33: Taxa de Efetividade Acadêmica, Taxa de Permanência e Êxito e Taxa de Eficácia dos cursos superiores, referentes ao ano de 2016.....	45
Figura 34: Taxa de Matrícula Continuada Retida, Taxa de Matrícula Continuada Regular, Taxa de Conclusão, e Taxa de Evasão dos cursos superiores, referentes ao ano de 2016.....	46



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores quantitativos gerais do IFRS, 2011 a 2017.....	24
Tabela 2: Comparativo entre indicadores quantitativos do IFRS em 2016 e valor ideal.	25
Tabela 3: Comparativo entre indicadores quantitativos dos cursos superiores do IFRS em 2016 e valor ideal.	25
Tabela 4: Comparativo entre indicadores quantitativos dos cursos de nível médio do IFRS em 2016 e valor ideal.	25
Tabela 5: Indicadores quantitativos das Unidade em Consolidação, 2011 a 2017.....	26
Tabela 6: Indicadores quantitativos das Unidades Consolidadas, 2011 a 2017.....	26
Tabela 7: Principais causas de evasão e retenção apontadas no questionário online aplicado.	47
Tabela 8: Principais causas de evasão e retenção apontadas no questionário online aplicado.	48
Tabela 9: Metas quantitativas estabelecidas no acordo firmado entre a Rede Federal de Ensino e o MEC no Termo de Acordo de Metas e Compromissos, 2010.....	50
Tabela 10: Meta qualitativa: Construção do Programa Institucional de Formação Continuada para Servidores (Professores e Técnicos Administrativos) com foco na Permanência e Êxito..	50
Tabela 11: Meta qualitativa: Acompanhamento com equipe multidisciplinar e multiprofissional.	51
Tabela 12: Meta qualitativa: Instituição de Diretrizes de Comunicação e Eventos.	54
Tabela 13: Meta qualitativa: Monitoramento, avaliação e acompanhamento dos cursos do IFRS.	55
Tabela 14: Meta qualitativa: Desenvolvimento de Programas Institucionais com ações coordenadas pelas Pró-Reitorias.....	56
Tabela 15: Meta qualitativa: Articulação Institucional interna e externa visando minimizar fatores estruturais que contribuem com a evasão.....	58
Tabela 16: Meta qualitativa: Criação do Observatório de Permanência e Êxito de estudantes no IFRS.	58



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

APRESENTAÇÃO

O acesso à educação é visto, por muitos, como um dos principais fatores para se alcançar melhores oportunidades de trabalho, e o aumento da escolaridade o principal caminho para a mobilidade social¹. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, criado através da Lei 11.892, de 29/12/2008 em consonância com o contexto de sua criação e comprometido com a concepção de Educação Profissional e Tecnológica que o justifica, preocupa-se em desenvolver práticas que objetivam, além do acesso, a permanência e o êxito dos estudantes.

Documentos norteadores, como o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRS (2014 – 2018), que apresenta uma estrutura prática e objetiva para contemplar os propósitos que direcionam as ações da gestão da Reitoria e de todos os *Campi* que o compõem, ressaltam a relevância e importância do tema para a instituição. Nesse contexto, verifica-se ações dispostas em todos os âmbitos de atuação do IFRS. As políticas de assistência estudantil diferenciadas e bastante abrangentes envolvem diversas modalidades de auxílio. Os projetos de apoio pedagógico visam auxiliar os discentes no sentido de obterem êxito em seus estudos, e, entre as diferentes propostas, destacam-se atividades relacionadas à arte, à cultura e ao esporte. Essas existem para o incentivo às atividades que integram e desenvolvem habilidades artísticas e desportivas junto aos educandos, seja na música, dança, teatro ou artes visuais, ou atividades voltadas ao esporte, atividades físicas e lazer.

O IFRS trabalha também através da criação de tempos e espaços voltados para a discussão das práticas pedagógicas nos *Campi*, com foco especial no acompanhamento e na análise do desempenho dos educandos, com o intuito de superar os índices de evasão e retenção identificados na Instituição.

Nesse contexto, a partir dos diagnósticos quantitativo e qualitativo por *Campus* e por curso, o IFRS instituiu a Comissão Interna para Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes, com grupos de trabalho em cada *Campus*, com objetivo de propor medidas para superar a evasão e a retenção/reprovação dos estudantes.

As referidas medidas são propostas através de um Plano Estratégico o qual é resultado de um processo coletivo. Para consolidar a proposta deste Plano Estratégico, os *Campi* foram instados a realizar diagnósticos locais sobre evasão e retenção/reprovação nos cursos da instituição e a participar, por meio do envolvimento direto de representantes,

Para tanto, este documento foi estruturado em seis capítulos. No primeiro capítulo, é feita uma contextualização, em que são apresentadas a caracterização e a organização do IFRS, e são descritas as ofertas educacionais. O segundo capítulo apresenta as bases conceituais relativas à permanência e ao êxito. Os aspectos metodológicos para elaboração e implementação do Plano Estratégico estão descritos no terceiro capítulo, base para o diagnóstico de indicadores quantitativos e qualitativos apresentados no quarto capítulo. O quinto capítulo sistematiza as metas e as ações previstas, com estratégias de monitoramento no sexto capítulo, de modo a garantir a efetividade das metas e ações propostas. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Espera-se, portanto, num curto prazo, apresentando também perspectivas de médio e longo prazo, que a instituição – a partir dos seus diversos sujeitos ativos – empreenda

¹ A **Mobilidade Social** é um conceito da sociologia que define as mudanças de classes (de indivíduos ou grupos sociais) dentro de uma organização e/ou estrutura social hierárquica. Do Latim, o termo mobilidade surge do verbo “*Movere*”, que significa deslocar, colocar em movimento.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

esforços para promover ainda mais a inclusão social por meio não apenas da democratização do acesso, mas da oferta de condições de permanência e êxito dos estudantes.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

CAPÍTULO I PERFIL INSTITUCIONAL

As descrições que seguem, condizentes ao perfil institucional e compreendidas pela natureza do IFRS, pelas áreas de atuação acadêmica e seus princípios educacionais, pela missão, visão e princípios do IFRS, e análise de cenário, estão subsidiadas pelo PDI.

1.1. NATUREZA INSTITUCIONAL

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, com Reitoria sediada em Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, foi criado pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação.

Por força da Lei, o IFRS é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, tendo como prerrogativas a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático científica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi (possui 17 *Campi*: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande, Sertão e, em processo de implantação, Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão).

Nessa direção, a variedade de localidades implica em uma diversidade substantiva de valores e necessidades específicas na área educacional, uma vez que mantém a proposta de valorizar a educação em todos os níveis, contribuindo com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Enquanto forma expressiva de uma educação pública integral, busca o atendimento às demandas locais, com foco especial às camadas sociais que carecem de oportunidades de formação e incentivo à inserção no mundo do trabalho.

Trata-se, por fim, de buscar o desenvolvimento integral com formação à cidadania, com base no entendimento do trabalho como princípio educativo que percorre os diferentes níveis de ensino. A Educação Básica com essa prerrogativa forma o cidadão para ser o construtor da sua realidade, enquanto sujeito que dela se apropria para transformá-la, por meio do trabalho como primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.



Figura 1: Distribuição geográfica dos Campi do IFRS

Fonte: site IFRS.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Atualmente, o IFRS conta com cerca de 20 mil alunos em mais de 200 opções de cursos técnicos e superiores de diferentes níveis. Oferece também cursos de pós-graduação e de Formação Inicial Continuada (FIC). Tem no seu quadro funcional mais de 1000 professores e 950 técnicos-administrativos.

Conforme dados divulgados em março de 2017, pelo Ministério da Educação (MEC), o IFRS possui conceito 4 (quatro) no Índice Geral de Cursos (IGC), em uma escala que vai até 5. O indicador refere-se à avaliação do ano de 2015.

A presença dos *Campi* em vários municípios, atendendo a diferentes realidades produtivas locais e comunidades com necessidades específicas, torna o IFRS uma instituição com o desafio de ser um dos protagonistas do desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, a partir da educação pública gratuita e de excelência, considerando-se a impossibilidade de dissociação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Para conquistar esse desafio, o IFRS conta com um planejamento do desenvolvimento institucional que estabelece elementos para sua gestão democrática e participativa.

O desenvolvimento institucional deve ocorrer com enfoque para um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do nível de qualidade das atividades produtivas e da democratização do conhecimento, considerando a comunidade em todas as suas representações. As ações do IFRS estão fundamentadas na prática da consolidação do fomento à formação profissional, mediante a perfeita articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

1.2. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA E PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS

A criação dos Institutos Federais indicou a ideia de reorganizar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fortalecendo a inserção na educação profissional de nível técnico em todo o território brasileiro. Além da expansão da oferta dos cursos técnicos de nível médio, é tarefa dos IFs concretizar a verticalização do ensino através da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, como opções de continuidade aos estudos, dentro dos espaços geográficos ocupados pelos seus *Campi*. Dessa forma, o IFRS atua em diferentes níveis e modalidades de ensino por meio da verticalização no âmbito da Educação Profissional.

De acordo com o Parágrafo 2º, do Artigo 39, da LDB, a educação profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I - Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional;
- II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e
- III - Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação.

Por meio da oferta de cursos de educação profissional, o IFRS tem como premissas: o desenvolvimento integral do cidadão, a equidade, a competitividade econômica - vista de forma humanizada num processo de globalização - e a geração de novas tecnologias.

A ideia central do Ensino Técnico de Nível Médio é o entendimento do trabalho como princípio educativo, iniciando a sensibilização desta noção ainda nesta etapa da Educação Básica e estendendo essa centralidade na formação profissional para os cursos superiores.

Segundo Frigotto et al (2005), compreender o trabalho como princípio educativo não significa “aprender fazendo”, nem representa sinônimo de formar para o exercício do trabalho; é antes compreender o ser humano como produtor de sua realidade, como sujeito que dela se apropria para transformá-la. Somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade e temos no trabalho a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

No que concerne a relação entre a educação de jovens e o trabalho, Makarenko



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

(1996) afirma que não basta estudar apenas o país e o seu progresso, é preciso mostrar, a cada passo, aos educandos, que o seu trabalho e a sua vida são parte do trabalho e da vida do país e que o tempo social excede o limitado tempo de estudo nas salas de aula. Nessa perspectiva, o tempo de educar contempla todos os tempos sociais, inclusive os da cultura, do lazer e do descanso.

Deste modo, a educação se desenvolve em diferentes momentos da vida, em espaços diferenciados e não deve ocorrer em episódios isolados da ação dos educandos. Ainda segundo Makarenko (1996), o trabalho como perspectiva de longo prazo deve encontrar lugar no sistema educacional, em espaços e tempos de desenvolvimento espontâneo, pessoal e integral dos educandos, permitindo que eles vivenciem a experiência de conquistar êxitos com a sua colaboração, mas também de assumir as consequências de seus equívocos, pois a soma dessas diferentes experiências poderá auxiliá-los em sua formação permanente.

Contribuindo para o entendimento do papel da educação profissional dentro do sistema de ensino brasileiro, Paiva (1993) destaca que a reorganização do mundo do trabalho implica mudanças na formação dos educandos que irão integrar este mundo.

No que diz respeito ao desenvolvimento, no âmbito de um patamar econômico globalizado, o IFRS preocupa-se com a formação de um cidadão/trabalhador com perfil qualificado, não apenas em relação ao domínio de conhecimentos na área tecnológica, mas também preparado para situar-se no mundo de maneira autônoma, capaz de usufruir e de interagir ativamente em espaços de decisão, comprometendo-se com questões ligadas à coletividade.

Outro elemento que caracteriza o IFRS é a sua atuação em diferentes modalidades de ensino. O IFRS possui diversos cursos e programas na área da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (PROEJA) e na Educação a Distância (EaD). Ofertando cursos através da EaD, o Instituto possibilita, aos educandos, a realização de cursos técnicos em municípios distantes da localização geográfica de seus *Campi*, facilitando o acesso à Educação Profissional e sendo uma ferramenta de inclusão social.

Um dos objetivos dos institutos federais é definir políticas que atentem para as necessidades e demandas regionais. Nesse sentido, o IFRS apresenta uma das características mais significativas que enriquecem a sua ação e o seu planejamento: a diversidade. Os *Campi*, como instituições de ensino profissional, atuam em áreas geográficas e realidades socioeconômicas distintas, ofertando cursos em diversas áreas, como: agropecuária, de serviços, área industrial, vitivinicultura, turismo, entre outras.

Os *Campi* estão localizados em regiões que se constituem referência em determinadas atividades econômicas que necessitam formação profissional específica. Nessa direção, os cursos ofertados buscam atender as demandas locais.

Essa tradição no trato com a educação profissional, sob a égide da diversidade, candidata o Instituto Federal do Rio Grande do Sul a concentrar, na sua estrutura organizacional e de planejamento pedagógico, um centro de formação profissional capaz de atender as mais variadas demandas e necessidades regionais.

1.3. MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS DO IFRS

1.3.1. Missão do IFRS

A missão de uma organização representa a sua razão de existência. Ela representa o cerne de uma Instituição e o seu papel na sociedade. A missão do IFRS no PDI-IFRS-2014-2018 está definida em sua página 18, como:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, gratuita e de excelência, em todos os níveis e modalidades, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as demandas dos arranjos produtivos locais, formando cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável.

1.3.2. Visão Institucional

A Visão Institucional representa um estado futuro desejado pela organização.

Trata-se de um desafio que a instituição deverá enfrentar e precisa representar algo a ser conquistado, sendo, geralmente, atemporal. A Visão Institucional do IFRS é: “Ser uma instituição de excelência em educação, ciência e tecnologia”.

1.3.3. Princípios

Os Princípios tratam de definições das convicções institucionais claras e fundamentais para que o IFRS atue, defenda e adote como um guia para a sua gestão.

Eles devem ser reais e balizadores da atuação da gestão e da sua atuação em relação às comunidades locais e à sociedade, como um todo.

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul garantirá a todos os seus *Campi* a autonomia da gestão institucional democrática, a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) Legalidade;
- b) Impessoalidade;
- c) Moralidade;
- d) Publicidade;
- e) Eficiência.

do IFRS: Além dos princípios constitucionais da Administração Pública, balizam a atuação

- f) Ética;
- g) Desenvolvimento Humano;
- h) Inovação;
- i) Desenvolvimento científico e tecnológico;
- j) Qualidade e Excelência;
- k) Autonomia;
- l) Transparência;
- m) Respeito;
- n) Compromisso Social.

CAPÍTULO II BASES CONCEITUAIS

De acordo com o art. 2º da LDB “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Por sua vez, o ensino deve ser ministrado com base nos princípios elencados no art. 3º, que está em consonância com o art. 206 da Constituição Federal (CF) de 1988 e visam ofertar o ensino com condições de qualidade, bem como indicam a possibilidade de equalizar o direito ao acesso, permanência e êxito escolar, visando qualificar e capacitar o sujeito para o exercício da cidadania de forma participativa e socialmente produtiva.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

O art. 6º da Constituição Federal descreve a educação como direito social, juntamente com saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. A Constituição Federal prossegue referenciando o dever do estado e da família para com essa política, em seu art. 205. E o Inciso V do art. 208 acrescenta, ainda, a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Entretanto, ainda que a CF preconize a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, o que se tem até então são ações vinculadas a políticas públicas com vistas à garantia de condições para que as escolas possam, efetivamente, articular condições objetivas de êxito em sua trajetória e itinerários de formação. Ou seja, os índices de permanência e êxito ainda apresentam-se baixos e carecem de medidas pontuais para a sua superação.

Ainda sobre o que trata a CF de 1988 com relação ao direito à educação e, segundo Dourado (2005),

as dificuldades explicitadas nas estatísticas educacionais, tais como as do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), bem como nas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Pnud, têm origem em processos sociais mais amplos e que têm sido reforçados no cotidiano escolar por meio de práticas e ações pedagógicas e pelas formas de organização e gestão da educação básica” (DOURADO, 2005, p.11).

Em se tratando de causas de evasão ou êxito escolar, alguns autores² defendem a ideia de se tratar de fatores internos à escola, enquanto responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos, considerando, em especial, daqueles estudantes pertencentes às camadas mais desprovidas de recursos da população. Os autores explicam teoricamente, em síntese, o caráter reprodutor dessa instituição compreendida como aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1980). Ou seja, o fracasso escolar não está relacionado às características individuais dos estudantes e de suas famílias; ele é resultado da maneira como a escola recebe e exerce ação sobre os sujeitos oriundos de diferentes categorias ou classes da sociedade. Ainda que as teorias da reprodução social desenvolvidas pelos autores citados tenham sido confrontadas, aspectos como Cunha (1997), a atribuição ao estudante da responsabilidade pelo seu fracasso escolar está fundamentada no pensamento educacional relativo à doutrina liberal, cujos argumentos legitimam e sancionam a sociedade de classe e reiteram essa responsabilidade de forma que se torne a única explicação possível, que é a de que o único responsável “pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social” (CUNHA, 1997, p. 29).

Retornando a Bourdieu,

os professores partem da hipótese de que existe, entre o ensinante e o ensinado, uma comunidade linguística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros (BOURDIEU, 1998, p.55).

Com base no que o autor propõe, considera-se fundamental a compreensão de que cada um dos estudantes traz consigo um capital cultural³ e o *habitus*⁴. O reconhecimento de um conjunto de saberes que acompanham o estudante ao ingressar na escola torna esse

² Bourdieu-Passeron (1975); Cunha (1997).

³ Segundo Bourdieu, a sociedade é constituída por um conjunto de campos. Em cada um dos campos há “lutas” para o poder que dependem do **capital** de cada indivíduo ou, segundo Bourdieu, cada agente social. Nesse sentido, **capital** pode ser descrito como os recursos usados pelos agentes, que procedem da sua posição social para preservar/melhorar a sua posição social. No campo cultural (escolar, imprensa, artes, etc.) distingue-se o **capital cultural** que é, em síntese, o conjunto de conhecimentos e relações com a cultura e a linguagem.

⁴ Bernard Charlot traduz a noção de *habitus* (Bourdieu, 2007) como o “conjunto de disposições psíquicas, duráveis e transponíveis, que foram estruturadas socialmente e funcionam como princípios de estruturação das práticas e das representações” (CHARLOT, 2013, p. 136).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

espaço afável e favorece a permanência do mesmo. Por sua vez, as práticas educativas devem ser sensíveis às dimensões históricas, políticas, socioeconômicas, ideológicas e institucionais presentes na vida do educando. Com relação à diversidade presente na composição das circunstâncias individuais, sociais e institucionais, os estudantes que tiverem as disposições psíquicas e o capital cultural requeridos pela instituição educacional serão os estudantes bem-sucedidos e, quem não detém essas prerrogativas serão os que se depararão com o fracasso.

Com base no exposto, tendo como cenário de permanência os fatores individuais –associados ao estudante, tais como o conjunto que comporta atitudes, comportamentos e experiências anteriores; e os fatores relacionados ao contexto do estudante – as relações que se estruturam no interior da família, com a escola e com a comunidade – segundo Rumberger (2011), a decisão sobre a permanência está na relação entre esses fatores. Contudo, trata-se de discorrer sobre a permanência ou evasão/abandono escolar, percebido como contraponto. Nesse sentido, o conceito de **evasão** adotado neste Plano Estratégico aproxima-se dos conceitos propostos em Brasil (1996), já apontado anteriormente, e em Dore e Lüscher (2011) que considera que a evasão pode se referir à retenção e à repetência do estudante; à saída do estudante da instituição, do sistema de ensino, da instituição acadêmica e posterior retorno; ou ainda, à não conclusão de um determinado nível de ensino. Os autores concluem reiterando que a evasão tem uma natureza multiforme, tendo em vista que a escolha de sair/abandonar a escola ou instituição acadêmica é o ato final de um processo que se manifesta de muitas formas, visíveis ou não, ao longo da trajetória escolar/acadêmica do indivíduo.

Não obstante, Dore e Margiotta (2012) compreendem o conceito de evasão escolar em uma alta complexidade, considerando os elementos implicados ao conceito que são: o nível de escolaridade, o tipo de abandono, a retenção, a desistência e suas razões, a saída de uma determinada escola e/ou nível de ensino, etc. Ao tratar de abandono, o entendimento é que esse seja multiforme no que diz respeito à interrupção do ciclo de estudos e/ou ruptura do vínculo jurídico estabelecido por meio da manifestação do estudante ou, simplesmente, por meio da não renovação do compromisso com a instituição escolar/acadêmica. A consideração desse processo com a característica multiforme corresponde ao fato de que a escolha de abandonar ou permanecer na instituição educacional é condicionada a diferentes fatores (pessoais, sociais, familiares, pela característica do sistema escolar e pelo grau de atração que outras expressões de socialização, fora do sistema escolar) e como esses atingem o estudante.

Por sua vez, observa-se que os documentos oficiais indicam categoricamente a educação como direito fundamental, reiteram a necessidade de promover ações efetivas que permitam a garantia desse direito e que respondam publicamente aos compromissos assumidos de formação, com vistas ao desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos e dos locais regionais e nacional. Sob a perspectiva de que as causas predominantes da evasão, segundo pesquisas desenvolvidas por Polyodro (2000), correspondem àquelas relacionadas aos estudantes, aos cursos e às instituições e, por último, às de ordem conjuntural – variáveis socioculturais e econômicas, o autor acena alguns indicadores corroborados por Dore (2011), tais como: necessidade de trabalhar, formação precária no ensino fundamental, repetência ou desempenho acadêmico insuficiente, fatores intra escolares: currículo, carga horária, horários e expectativas frustradas com relação ao curso. A complexidade sobre a compreensão do que é a evasão e as suas causas traz a necessidade de rever alguns fatores já mencionados, mas que necessitam, ser mais explicitados. Entre eles, aponta-se alguns que se referem ao comportamento individual do estudante. Entre eles, destaca-se o fato desse possuir baixa aspiração educacional e ocupacional que resultam em excesso de faltas, comportamentos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

inadequados ao espaço acadêmico e a gestação não planejada. Esses fatores incidem em processos de retenção e à quantidade de experiências dessa condição, cuja relação entre esses fatores são preditores do abandono. Outro princípio que tem densa influência sobre a decisão de permanecer é a característica da rede de relacionamento com colegas ou professores que traduz o grau de engajamento social e acadêmico do estudante. Como se pode observar, a evasão pode ser percebida como um processo progressivo e contínuo de desengajamento das atividades acadêmicas e, possivelmente, com a comunidade escolar.

Por fim, considerando o papel da instituição acadêmica no contexto da vida do estudante há características balizares que o atraem ou o afastam, tais como: características estruturais – espaços de convivência e estudo, localização, etc.; características das relações interpessoais – acolhimento, profissionais de referência para o estudante, atenção, etc.; características institucionais – qualidade e comprometimento dos professores e técnicos, política institucional sobre direitos e deveres do estudante e os desdobramentos que incidem sobre suspensões, expulsões ou transferências, bases de apoio aos estudantes, espaços de reflexão e debate sobre as dificuldades que a escola apresenta, etc.

A proposta de revisão de literatura acena sobre a importância de analisar as causas que promovem a evasão e, a partir de dados empíricos e reflexões à luz dos conceitos expostos nesse capítulo, esse plano visa apresentar e encontrar formas de se fazer representar nas medidas de prevenção dos problemas. De fato, observa-se a importância de encontrar soluções, tendo como base a diversidade dos fatores que influenciam e determinam a trajetória educacional dos estudantes,

agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica, [...] a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso; a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos, [...] garantir a permanência e a diplomação dos estudantes, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (Pnaes, 2010).

CAPÍTULO III ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo será abordada a proposta metodológica considerando a composição da trajetória que constituirá o Plano em cada unidade do IFRS.

3.1. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

A metodologia para elaboração do Plano Estratégico foi composta por uma sequência de etapas. No primeiro passo, a SETEC/MEC, em 2013, solicitou uma planilha com os dados sobre as causas e as medidas de redução da evasão, encaminhada aos *Campi*, com a perspectiva de realizar um diagnóstico da instituição. A seguir, com base nos dados encaminhados, a SETEC/MEC, em 2014, gerou o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que resultou na constituição de um grupo de trabalho institucional com vistas a elaboração do Plano Estratégico no âmbito do IFRS.

Em 2015 o foco das ações foi alterado, visando uma abordagem à permanência e êxito dos estudantes, orientando a constituição de uma comissão interna e de subcomissões sediadas nos *Campi* para a elaboração do Plano Estratégico Institucional para a Permanência e Êxito dos Estudantes.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

A partir de então foi criada a Comissão Interna de Acompanhamento de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes (CIAAPE) e as subcomissões nos *Campi*.

3.1.1. Fase 1: Formação de uma comissão e subcomissões de acompanhamento de ações de permanência e êxito dos estudantes – CIAAPE

Com o objetivo de consolidar as ações de acompanhamento de permanência e êxito dos estudantes, a construção de uma política institucional, o desenvolvimento do planejamento estratégico e demais atividades relacionadas ao tema, fez-se necessária a formação de uma comissão interna do IFRS, com representantes de todos os *Campi*, denominada CIAAPE – Comissão de Acompanhamento de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes. A composição da CIAAPE caracteriza-se pela multidisciplinaridade, tendo, além dos representantes dos *Campi*, integrantes da Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Diretoria de Comunicação.

A partir da CIAAPE, subcomissões foram formadas em cada *Campus*. Tais subcomissões, também com caráter multidisciplinar, foram formadas por integrantes dos seguintes segmentos: Ensino, Extensão, Pesquisa, Desenvolvimento Institucional, Estudantes, Assistência Estudantil, Registros Acadêmicos, Comunicação e Coordenadores de Cursos. As subcomissões atuam em inúmeras frentes na busca pela permanência e êxito dos estudantes. Dentre as atribuições da subcomissão, encontram-se as listadas a seguir:

- Compreender a permanência e êxito como uma política institucional necessária à melhoria da qualidade educativa;
- Mapear as causas e motivos que levam os estudantes a evadirem e propor ações/intervenções de redução das taxas de evasão e retenção;
- Estudar e compreender as causas da evasão e retenção tendo em vista os diagnósticos resultantes, como indicadores que configuram o quadro educacional do *Campus*, a fim de redimensionar seus espaços de ensino e aprendizagem;
- Articular os setores nos *Campi*, a fim de pensar estratégias de permanência e êxito;
- Propiciar o desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas;
- Analisar características qualitativas e quantitativas do percurso dos estudantes, enfocando os motivos da permanência e êxito e a problemática da evasão e retenção;
- Acompanhar e buscar alternativas efetivas objetivando conter a evasão e retenção escolar;
- Realizar, com base nos dados quantitativos, o diagnóstico qualitativo por *Campus* e por curso, identificando as principais causas de evasão e de retenção, além da proposição de medidas para superá-las;
- Promover seminários internos;
- Consolidar os dados e elaborar uma proposta de Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes;
- Submeter o documento ao Conselho Superior do IFRS.

3.1.2. Fase 2: Construção dos indicadores quantitativos

Os dados quantitativos relacionados às informações sobre evasão, retenção, permanência e êxito dos estudantes foram extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), com dados de 2011 a 2016. Os dados referentes a 2017 foram sistematizados através das informações contidas na Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Na coleta e sistematização das informações quantitativas obtiveram-se dados



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

globais do IFRS (Taxa de Conclusão; Taxa de Evasão; Taxa de Retenção; Taxa de Matrícula Continuada Regular; Taxa de Matrícula Continuada Retida; Índice de Permanência e Êxito; Taxa de Efetividade Acadêmica; Índice de Eficácia; e Índice de Eficiência Acadêmica) e individuais de cada modalidade e *Campus*. Para melhor entendimento destes indicadores, realizou-se um mapeamento de seus conceitos, as variáveis do sistema acadêmico institucional e os conceitos estabelecidos pelas Portarias nº 818/2015-MEC e 25/2015-SETEC, pelo termo de acordo e metas MEC/SETEC-IFRN e pelo Acórdão nº 2.267/2005-TCU.

O resultado dessa etapa consistiu no diagnóstico quantitativo por modalidade/*Campus*.

3.1.3. Fase 3: Diagnóstico qualitativo dos fatores de evasão/reprovação

Em reuniões realizadas pela CIAAPE, definiu-se que a coleta das informações qualitativas, que correspondem às causas que ocasionam a evasão dos estudantes, ocorreria por meio de instrumento online (questionário no Google Drive). O universo da pesquisa foi formado por três grupos de respondentes: Estudantes em Curso, Estudantes Evadidos e Servidores (Técnicos e Docentes).

O subsídio para a elaboração do questionário foi a tabela extraída do SISTEC contendo os dados quantitativos em relação à evasão e retenção dos estudantes. Cada subcomissão local responsabilizou-se pelo encaminhamento do questionário aos três grupos:

- Estudantes em Curso: as subcomissões encaminharam os questionários aos Coordenadores de Curso, que tiveram a incumbência de disponibilizar os mesmos aos estudantes frequentes no Curso;

- Estudantes Evadidos: as subcomissões encaminharam os questionários aos Coordenadores de Curso, que tiveram a incumbência de disponibilizar os mesmos aos estudantes evadidos de cada Curso, por meio de correio eletrônico e também via contato telefônico;

- Servidores: cada Subcomissão disponibilizou os questionários aos servidores por meio de correio eletrônico;

O questionário (Anexo I) elaborado pela CIAAPE apresentou uma lista de possíveis causas para a evasão e retenção e abriu espaço para a apresentação de causas que não tinham sido listadas.

Passada a fase de coleta de dados, as subcomissões reuniram-se a fim de propor estratégias que permitam a redução dos índices de evasão e retenção considerando cada causa citada no questionário.

O resultado dessa etapa consistiu na consolidação de diagnósticos qualitativos dos fatores de evasão e retenção/reprovação e das ações de intervenção por curso/modalidade/*Campus*.

3.1.4. Fase 4: Elaboração do plano estratégico institucional

Finalizadas as fases anteriores, em reunião realizada com a CIAAPE e Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), constituiu-se um subgrupo de trabalho (GT) com dezesseis membros, para sistematização e elaboração do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRS. Com encontros periódicos, o GT teve por objetivos específicos:

- Sistematização dos diagnósticos quantitativos e qualitativos;
- Validação (acréscimo ou retirada) dos fatores de evasão e retenção/reprovação;

- Proposta para os fatores de evasão e retenção/reprovação e para as estratégias de intervenção.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

- Proposta para as estratégias de monitoramento dos indicadores, de acompanhamento das ações de intervenção e avaliação do Plano Estratégico Institucional.

Os resultados dessa etapa consistiram na proposta do Plano Estratégico Institucional.

3.1.5. Fase 5: Elaboração dos Planos Estratégicos dos *Campi*

Com os diagnósticos quantitativo e qualitativo coletados e sistematizados e o Plano Estratégico do IFRS elaborado, cabe a cada *Campus*, através de sua subcomissão, construir seu documento específico. Nesta etapa, compete às subcomissões:

- Sistematização dos diagnósticos quantitativos e qualitativos do *Campus* por curso/modalidade;

- Análise dos diagnósticos quantitativos e qualitativos por curso/modalidade;

- Validação (acréscimo ou retirada) dos fatores de evasão e retenção do curso/modalidade;

- Validação (acréscimo ou retirada) das ações a serem adotadas para o curso/modalidade.

O Plano Estratégico de cada *Campus* deve ser submetido à análise e aprovação pelo Conselho do *Campus* (Concamp).

Os resultados dessa etapa consistirão na proposta do Plano Estratégico dos *Campi*.

3.2. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES QUALITATIVOS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

3.2.1. Categorização qualitativa dos fatores de evasão e de retenção/reprovação

Os motivos que levam os estudantes à retenção ou evasão escolar, tanto indicados pela literatura quanto coletados de maneira experimental, são inúmeros. Pesquisadores corroboram nos fatores, mas divergem na classificação dos mesmos, descrevendo-os de diferentes formas. No entanto, o Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014), adota uma das classificações bastante citada na literatura organiza nas seguintes categorias motivadoras de evasão e de retenção/reprovação:

a) fatores individuais dos estudantes;

b) fatores internos à instituição; e

c) fatores externos à instituição.

Segundo o Documento Orientador os fatores individuais destacam aspectos peculiares às características do estudante⁵. Esse grupo é composto por fatores relativos a:

- Adaptação à vida acadêmica;

- Capacidade de aprendizagem e habilidade de estudo;

- Compatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho;

- Descoberta de novos interesses ou novo processo de seleção;

- Encanto ou motivação com o curso escolhido;

- Escolha precoce da profissão;

- Qualidade da formação escolar anterior;

- Informação a respeito do curso;

- Outras questões de ordem pessoal ou familiar;

- Participação e envolvimento em atividades acadêmicas;

⁵ Apesar dessas características estarem ligadas à ordem individual dos estudantes, as instituições de ensino devem se comprometer a buscar medidas que contribuam com a solução ou mitigação dessas questões.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

- Personalidade;
- Questões de saúde do estudante ou de familiar; e
- Questões financeiras do estudante ou da família.

Os fatores internos às instituições são problemas relacionados à infraestrutura, ao currículo, a gestão administrativa e didático-pedagógica da instituição, bem como outros fatores que desmotivam e conduzem o aluno a evadir do curso. É nesse rol de fatores que a instituição deve, constantemente, fortalecer sua oferta educativa. Nesse conjunto, estão os fatores:

- Atualização, estrutura e flexibilidade curriculares;
- Cultura institucional de valorização da docência;
- Existência e abrangência dos programas institucionais para o estudante (assistência estudantil, iniciação científica, monitoria);
- Formação do professor;
- Gestão acadêmica do curso (horários, oferta de disciplinas etc.);
- Gestão administrativa e financeira da unidade de ensino;
- Inclusão social e respeito à diversidade;
- Infraestrutura física, material, tecnológica e de pessoal para o ensino;
- Motivação do professor;
- Processo de seleção e política de ocupação das vagas;
- Questões didático-pedagógicas; e
- Relação escola-família.

Os fatores externos às instituições relacionam-se às dificuldades financeiras do estudante de permanecer no curso e às questões inerentes à futura profissão. Os fatores que constituem esse grupo são:

- Avanços tecnológicos, econômicos e sociais;
- Conjuntura econômica e social;
- Oportunidade de trabalho para egressos do curso;
- Políticas governamentais para a educação profissional e tecnológica e para a educação superior;
- Questões financeiras da instituição;
- Reconhecimento social do curso; e
- Valorização da profissão.

Os fatores coletados através do questionário aplicado nos diferentes segmentos do IFRS são apresentados no Capítulo 4, onde é possível visualizar o diagnóstico quantitativo e qualitativo.

3.3. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES QUANTITATIVOS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

As informações acerca dos indicadores quantitativos que caracterizam e se relacionam com a permanência e êxito dos estudantes no IFRS são oriundas e extraídas do SISTEC e mencionados no Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2014). O SISTEC consiste nos cadastros da unidade de ensino, dos cursos ofertados, dos ciclos de matrículas e dos estudantes; e na atualização da situação do estudante ao longo do ciclo de matrícula em que foi inserido. O sistema é unificado e utilizado por todos os *Campi* e prevê a homogeneidade das informações a partir dos conceitos e indicadores descritos a seguir:

- **Matrículas Atendidas:** Corresponde ao número total de matrículas na Instituição dentro de um determinado período de tempo, independentemente da situação atual da matrícula. Para efeito de cálculo dos indicadores utilizando o SISTEC, equivale a todas as matrículas que estão com status EM CURSO ou que tiveram alteração de status com mês de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

referência no intervalo desejado. Ex.: As matrículas atendidas do intervalo entre 01/01/2015 e 31/12/2015 são a soma de todos os alunos que tiveram “situação final” registrada ao longo do período de 2015, mais os alunos que ingressaram em 2015, e todos os alunos que ainda estavam com situação “em curso” no último mês de ocorrência do período considerado para a análise. Em síntese, corresponde ao total de matrículas que estiveram “em curso” por pelo menos um dia, dentro de período de análise.

- **Matrículas Ativas:** representam as matrículas que ao final de cada período analisado continuam ativas, ou seja, alunos que permanecem na instituição.

- **Matrículas Ativas Regulares:** somatório de todas as matrículas que, ao final de cada período analisado, continuam ativas e dentro do prazo previsto de conclusão do curso (sem atraso).

- **Matrículas Ativas Retidas:** somatório de todas as matrículas que, ao final de cada período analisado, continuam ativas mesmo após a data prevista para conclusão do curso (com atraso).

- **Matrículas Finalizadas:** somatório de todas as matrículas que representam situação final, com ou sem êxito.

- **Matrículas Finalizadas com Êxito:** somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu da instituição após lograr êxito e obteve diploma/certificado (concluído/egresso). Não inclui os estudantes que finalizaram as disciplinas (integralizado) mas não concluíram a prática profissional.

- **Concluídos no prazo:** número de estudantes que concluíram o curso dentro do prazo previsto.

- **Concluídos fora do prazo:** número de estudantes que concluíram o curso fora do prazo previsto.

- **Matrículas Finalizadas sem Êxito:** somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu da instituição sem lograr êxito (Desligados ou Transferidos).

- **Desligados:** somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu da instituição sem lograr êxito porque abandonou o curso (evadido, jubilado ou cancelado).

- **Transferidos:** somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu do curso sem lograr êxito porque solicitou transferência (de curso, de *Campus* ou de instituição).

Apresenta-se, a seguir, a definição formal dos indicadores utilizados para acompanhamento da permanência e êxito dos estudantes.

- **Taxa de Conclusão (TC):** Este indicador mede a capacidade de renovação do quadro discente, através do percentual de conclusão em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos e com a quantidade de vagas ofertadas em cada período de análise. (Por exemplo, em um curso com duração de 4 anos, que oferta em todos os períodos a mesma quantidade de vagas, e todos os alunos concluem no prazo, o resultado será de 25%, ou seja, este indicador somente atingirá 100% em curso com início e término no mesmo ano. Por este motivo, não é recomendável analisá-lo de maneira isolada, mas em conjunto com os indicadores Taxa de Evasão, Taxa de Reprovação, Taxa de Matrícula Continuada Regular e Taxa de Matrícula Continuada Retida, tendo em vista que os cinco indicadores somados contemplam todas as matrículas atendidas da instituição no ano, totalizando 100%.

$$TC = \left(\frac{\text{concluintes}}{\text{matrículas atendidas}} \right) * 100$$



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Concluintes: número de estudantes que concluíram o curso no período de análise. Todas matrículas que tiveram alteração de status para “Concluído” no período da análise.

Matrículas Atendidas: número de estudantes com matrícula ativa em um dado período. Todas as matrículas que estiveram “Em Curso” por pelo menos um dia no período analisado.

- **Taxa de Evasão (TE):** Indicador que mede o percentual de matrículas finalizadas evadidas em relação ao total de matrículas atendidas, representando o percentual de evasão da instituição. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos. Este indicador é influenciado pela taxa de crescimento das matrículas no período. Somado aos indicadores Taxa de Conclusão, Taxa de Reprovação, Taxa de Matrícula Continuada Regular e Taxa de Matrícula Continuada Retida, contempla todas as matrículas atendidas da instituição no ano, totalizando 100%.

$$TE = \left(\frac{\text{matrículas finalizadas evadidas}}{\text{matrículas atendidas}} \right) * 100$$

Matrículas Finalizadas Evadidas: número de estudantes que tiveram matrícula finalizada evadida na instituição sem a conclusão do curso. Todas as matrículas que tiveram alteração de status para Evadido, Desligado ou Transferido Externo nos meses de referência do intervalo de análise.

Matrículas Atendidas: número de estudantes com matrícula ativa em um dado período. Todas as matrículas que estiveram Em Curso por pelo menos um dia no período analisado.

- **Taxa de Retenção (TR):** Este indicador mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto, ou seja, o percentual de alunos retidos em relação ao total de matrículas atendidas. O resultado desse indicador mostra, do universo total de matrículas atendidas em cada período, o percentual de alunos que atrasaram a conclusão do seu curso. Esse indicador só dará 100% se todos as matrículas do curso estiverem retidas. O resultado deste indicador possui relação direta com a duração dos cursos.

$$TR = \left(\frac{\text{retidos}}{\text{matrículas atendidas}} \right) * 100$$

Retidos: número de estudantes com matrícula ativa mas que não concluíram o curso no prazo previsto. Todas as matrículas que permanecem Em Curso após a Previsão de Fim do Ciclo de Matrícula.

Matrículas Atendidas: Todas as matrículas que estiveram Em Curso por pelo menos um dia no período analisado.

- **Índice de Eficiência:** Este indicador mede o percentual de alunos que alcançaram êxito no curso dentre aqueles que finalizam o mesmo. Este indicador não é influenciado pela taxa de crescimento da instituição nem pela duração do curso.

$$TEf = \left(\frac{\text{concluintes}}{\text{matrículas atendidas}} \right) * 100$$



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Concluintes: número de estudantes que concluíram o curso no período de análise dentro do prazo previsto. Todas as matrículas que tiveram o status para Concluído no período de análise.

- **Matrículas Finalizadas:** número de estudantes que tiveram alteração de matrícula para uma situação final no período de análise. Todas as matrículas que tiveram alteração de status para Evadido, Desligado, Transferido, Reprovado ou Concluído no período de análise.

- **Taxa de Permanência e Êxito:** Este indicador mede a permanência e o êxito dos estudantes da instituição a partir do somatório da Taxa de Conclusão e da Taxa de Matrícula Continuada Regular. Quanto menor for o número de matrículas finalizadas sem êxito, e menor for o número de matrículas retidas, mais o resultado desse indicador se aproximará de 100%. Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam e a permanência regular do aluno.

$$IPE = \text{Taxa de conclusão} + \text{Taxa de Matrícula Continuada Regular}$$

- **Taxa de Efetividade Acadêmica:** Este indicador mede o percentual de conclusão efetiva em relação à conclusão prevista no início do curso. O resultado deste indicador não depende da duração do curso nem da taxa de crescimento da matrícula no período. Apresenta assim o percentual de concluintes dentro do prazo em relação à previsão de concluintes para o período. Em uma situação hipotética onde todos os alunos ingressantes de uma instituição concluem o seu curso no prazo previsto, o resultado desse indicador será 100. Este indicador mede a capacidade da instituição em concluir os alunos no prazo previsto.

$$TEF_{Acad} = \left(\frac{\text{concluídos no prazo}}{\text{previstos}} \right) * 100$$

Concluídos no Prazo: número de estudantes que concluíram o curso dentro do prazo previsto.

Previstos: número de matrículas previstas para concluir dentro do período de análise. Todas as matrículas de ciclos com previsão de término dentro de intervalo de análise, independente da situação da matrícula. Todas as matrículas, ativas ou não, cadastradas em ciclos de matrículas que tenham a data fim prevista no intervalo de análise.

- **Índice de Eficácia da Instituição:** Este indicador mede o custo médio de cada aluno da Instituição.

$$GCA = \left(\frac{\text{concluintes}}{\text{vagas ofertadas}} \right) * 100$$

Vagas ofertadas = para todos os ciclos de matrícula com início do ciclo compreendido no período de análise, buscar as vagas ofertadas.

Concluintes = todas as matrículas que tiveram alteração de status para Concluído nos meses de referência do intervalo de análise.

Após o cadastro dos dados, é feita a atualização da situação de matrícula dos estudantes (no ciclo de matrícula ou nas turmas) que pode se configurar em diferentes situações como descrito no manual do SISTEC. O SISTEC e o sistema acadêmico, portanto, registram a vida do estudante ou de um conjunto de estudantes na instituição, desde seu ingresso até sua saída, e as mudanças que ocorrem durante esse período.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

CAPÍTULO IV DIAGNÓSTICO

Consolidada a fase de coleta dos indicadores quantitativos (definidos pela SETEC/MEC) e qualitativos já mencionados, iniciou-se a construção do diagnóstico institucional. As seções seguintes apresentam o diagnóstico realizado a partir desses indicadores.

No tocante ao diagnóstico quantitativo, as informações refletem a situação do IFRS no período que compreende 2011 a 2017. Os indicadores qualitativos condizem com a opinião da pesquisa coletada em 2015 sem referência temporal, e, portanto, possibilitam explicações de modo geral.

4.1. INDICADORES QUANTITATIVOS

Os indicadores quantitativos (Tabela 1), extraídos do SISTEC⁶ e PNP, foram analisados para elaboração do diagnóstico quantitativo. Explicitam-se indicadores gerais, mencionados no Termo de Acordo e Metas junto ao MEC, e demais indicadores citados no corpo deste documento, tanto da instituição quanto dos *Campi* e modalidades de ensino.

Tabela 1: Indicadores quantitativos gerais do IFRS, 2011 a 2017.

Indicador	IFRS						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 ⁷
Taxa de Retenção	29,87	34,18	37,34	33,63	31,57	33,94	-
Taxa de Conclusão	23,35	14,95	17,4	16,58	12,18	11,52	12,84
Taxa de Evasão	12,61	8,48	14,21	16,78	13,92	12,23	16,43
Taxa de Matrícula Continuada Regular	45,95	48,2	46,2	46,98	51,21	52,98	56,13
Taxa de Matrícula Continuada Retida	18,01	28,31	22,19	19,25	21,85	23,27	14,61
Taxa de Efetividade Acadêmica	54,85	36,46	30,89	33,69	26,7	25,63	-
Índice de Eficiência	64,78	63,65	55,06	49,11	45,23	48,51	43,87
Índice de Permanência e Êxito	69,29	63,15	63,6	63,56	63,54	64,5	68,91

Fonte: SISTEC e PNP.

Os valores dos indicadores “Taxa de Retenção” e “Taxa de Efetividade Acadêmica” referentes ao ano de 2017 estão ausentes devido a alteração da fonte de dados. Na PNP os dados apresentados são distintos ao SISTEC impossibilitando o cálculo dos indicadores acima mencionados.

No intuito de uma melhor compreensão do que esses índices representam, as Tabelas abaixo apresentam um comparativo entre os indicadores mensurados referentes ao ano de 2016 e o cálculo de valor ideal para cada indicador, tendo em vista a situação atual dos cursos do IFRS. O cálculo foi realizado discriminando o IFRS como um todo e as modalidades de ensino, conforme Tabelas 2, 3 e 4 apresentados abaixo.

⁶ A fonte de informação oficial da Rede Federal, até 2016, é o SISTEC, embora seja de conhecimento a fragilidade dos dados no sistema referido.

⁷ Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Conselho Superior

Tabela 2: Comparativo entre indicadores quantitativos do IFRS em 2016 e valor ideal.

Indicadores	Valor 2016	Valor Ideal
Taxa de Conclusão	11,52	41,14
Taxa de Matrícula Continuada Regular	52,97	58,86
Taxa de Evasão	12,23	0,00
Taxa de Matrícula Continuada Retida	23,27	0,00
Taxa de Permanência e Êxito	64,50	100,00
Índice de Efetividade Acadêmica	25,63	100,00
Índice de Eficiência	48,51	100,00
Taxa de Retenção	33,94	0,00

Fonte: SISTEC

Tabela 3: Comparativo entre indicadores quantitativos dos cursos superiores do IFRS em 2016 e valor ideal.

Indicadores	Bacharelado		Licenciatura		Superior de Tecnologia	
	Valor 2016	Valor Ideal	Valor 2016	Valor Ideal	Valor 2016	Valor Ideal
Taxa de Conclusão	3,62	20,00	3,76	24,67	5,18	32,97
Taxa de Matrícula Continuada Regular	82,48	80,00	60,94	75,33	53,54	67,03
Taxa de Evasão	6,05	0,00	11,81	0,00	12,63	0,00
Taxa de Matrícula Continuada Retida	7,86	0,00	23,49	0,00	28,64	0,00
Taxa de Permanência e Êxito	86,09	100,00	64,70	100,00	58,72	100,00
Taxa de Efetividade Acadêmica	8,24	100,00	7,79	100,00	8,45	100,00
Índice de Eficiência	37,41	100,00	24,14	100,00	29,09	100,00
Taxa de Retenção	7,44	0,00	29,52	0,00	36,05	0,00

Fonte: SISTEC

Tabela 4: Comparativo entre indicadores quantitativos dos cursos de nível médio do IFRS em 2016 e valor ideal.

Indicadores	Integrado		Concomitante		Subsequente		Proeja	
	Valor 2016	Valor Ideal	Valor 2016	Valor Ideal	Valor 2016	Valor Ideal	Valor 2016	Valor Ideal
Taxa de Conclusão	14,51	28,38	13,66	58,85	15,24	62,25	3,21	34,00
Taxa de Continuada Matrícula Regular	64,65	71,62	32,81	41,15	42,93	37,75	63,00	66,00
Taxa de Evasão	7,45	0,00	13,97	0,00	15,89	0,00	13,15	0,00
Taxa de Matrícula Continuada Retida	13,38	0,00	39,56	0,00	25,93	0,00	20,64	0,00
Taxa de Permanência e Êxito	79,16	100,00	46,47	100,00	58,17	100,00	66,21	100,00
Taxa de Efetividade Acadêmica	35,94	100,00	23,28	100,00	27,20	100,00	7,32	100,00



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Conselho Superior

Índice de Eficiência	66,06	100,00	49,43	100,00	48,95	100,00	19,63	100,00
Taxa de Retenção	25,29	0,00	56,67	0,00	41,55	0,00	27,37	0,00

Fonte: SISTEC

Como descrito no Capítulo 1, os dezessete *Campi* do IFRS encontram-se em diferentes estágios de implantação: em consolidação e consolidados. Dessa forma, os indicadores avaliados também estão apresentados com esta discriminação, com o intuito de permitir uma melhor visualização e análise dos mesmos.

As Tabelas 5 e 6 apresentam os indicadores quantitativos diferindo “Unidades em Consolidação” e “Unidades Consolidadas”.

Tabela 5: Indicadores quantitativos das Unidade em Consolidação, 2011 a 2017.

Indicador	Unidades em Consolidação						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de Retenção	21,15	25,96	23,54	21,6	21,14	25,35	-
Taxa de Conclusão	36,2	21,17	18,49	10,59	15,65	20,91	15,7
Taxa de Evasão	11,33	15,89	18,99	12,9	14,94	13,69	15,08
Taxa de Matrícula Continuada Regular	48,09	46,92	52,71	59,36	54,93	48,77	60,39
Taxa de Matrícula Continuada Retida	4,22	15,94	9,81	17,11	14,27	16,63	8,72
Taxa de Efetividade Acadêmica	78,22	47,79	48,24	31,83	42,8	43,29	-
Índice de Eficiência	75,92	57,01	49,33	45,01	50,79	60,43	51,15
Taxa de Permanência e Êxito	84,29	68,09	71,2	69,95	70,57	69,68	76,09

Fonte: SISTEC e PNP.

Tabela 6: Indicadores quantitativos das Unidades Consolidadas, 2011 a 2017.

Indicador	Unidades Consolidadas						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa de Retenção	33,09	37,37	42,22	38,43	34,3	35,77	-
Taxa de Conclusão	18,6	12,54	17,02	18,97	11,27	9,52	12,55
Taxa de Evasão	13,08	5,59	12,51	18,33	13,65	11,92	16,55
Taxa de Matrícula Continuada Regular	45,15	48,69	43,9	42,04	50,24	53,88	55,72
Taxa de Matrícula Continuada Retida	23,1	33,12	26,57	20,11	23,84	24,68	15,16
Taxa de Efetividade Acadêmica	44,55	29,15	23,99	34,45	20,87	19,16	-
Índice de Eficiência	58,6	68,91	57,63	50,13	43,5	44,41	43,14
Taxa de Permanência e Êxito	63,75	61,23	60,92	61,01	61,51	63,4	68,27

Fonte: SISTEC e PNP.

Observa-se nas Tabelas 5 e 6 acima expostos que, de forma geral, os *Campi* em estágio de consolidação apresentam melhores resultados do que as unidades já consolidadas,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

tendo em vista que o período que compreende o início do curso e o final do mesmo ainda não foi concluído. Dessa forma, não constam as taxas de retenção e evasão.

4.2.1 Comparação entre indicadores gerais do IFRS, unidades consolidadas e não consolidadas

Nas Figuras 2 e 3, a comparação é feita entre os dois tipos de *Campi* e o IFRS de maneira geral, considerando somente o indicador “Taxa de Retenção”.

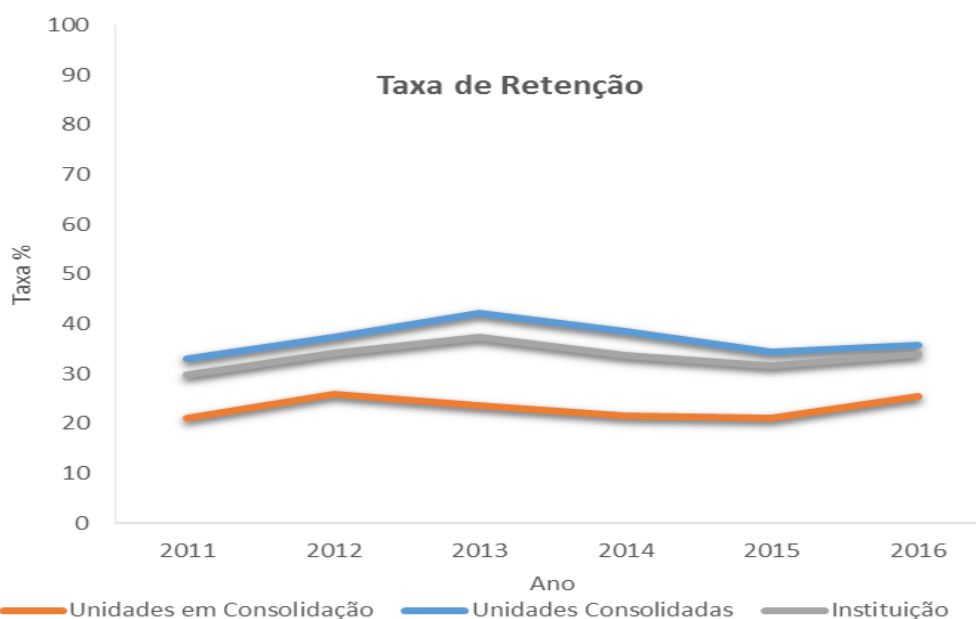


Figura 2: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Retenção entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2016.

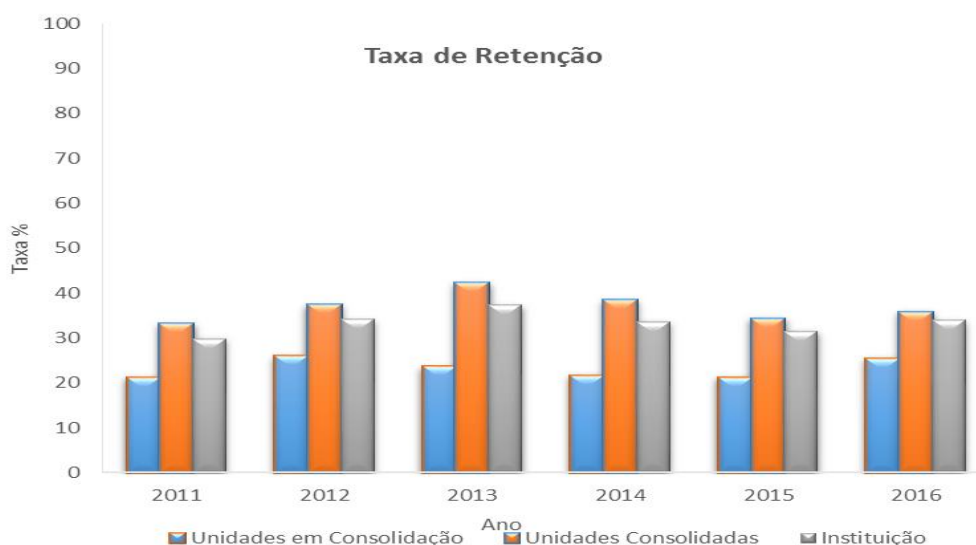


Figura 3: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Retenção entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2016.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Observa-se o ápice desta taxa no ano de 2013, tanto para o IFRS, quanto para as Unidades Consolidadas e, em 2012 e 2016 para as Unidades em Consolidação.

A Taxa de Conclusão do IFRS e em seus dois tipos de unidades podem ser observadas nas Figuras 4 e 5.

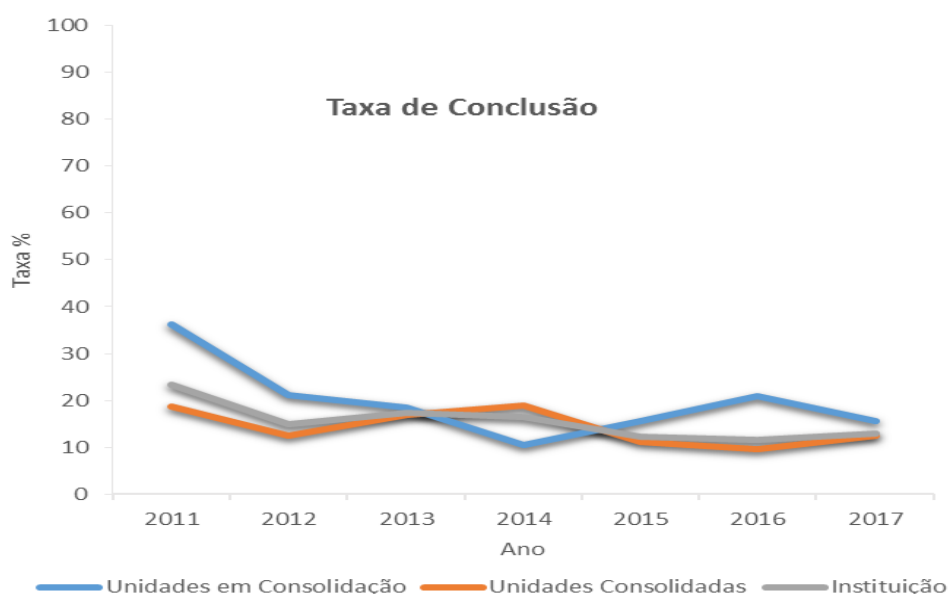


Figura 4: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Conclusão entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.



Figura 5: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Conclusão entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Salienta-se que a análise deste indicador é feita observando-se sua tendência (estável, crescente ou decrescente) em contraposição aos valores absolutos apresentados, uma vez que a forma como esse é calculado considera a duração dos cursos, conforme descrição dos indicadores apresentada no Capítulo 3.

O indicador que representa a Taxa de Evasão é apresentado nas Figuras 6 e 7.

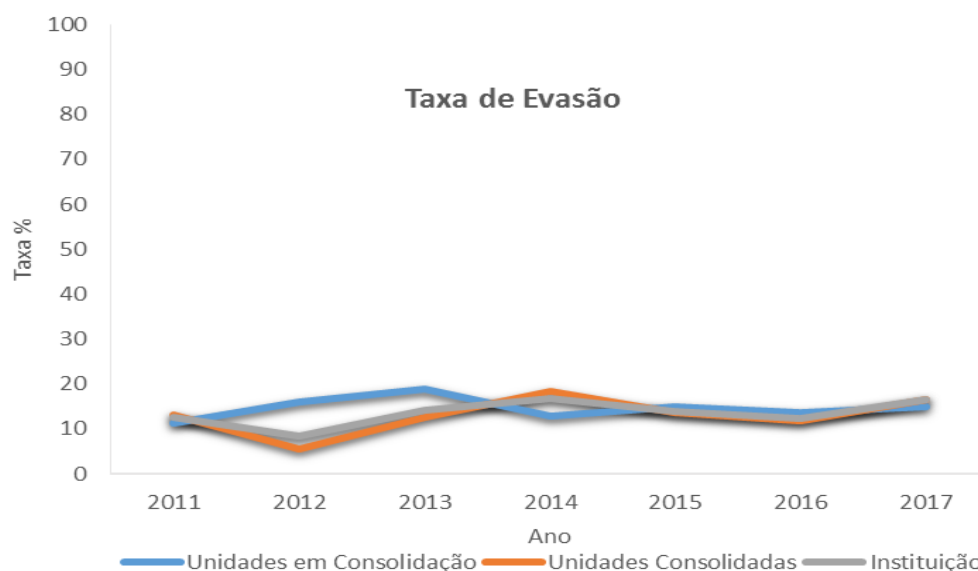


Figura 6: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Evasão entre Unidades Consolidadas, Unidades

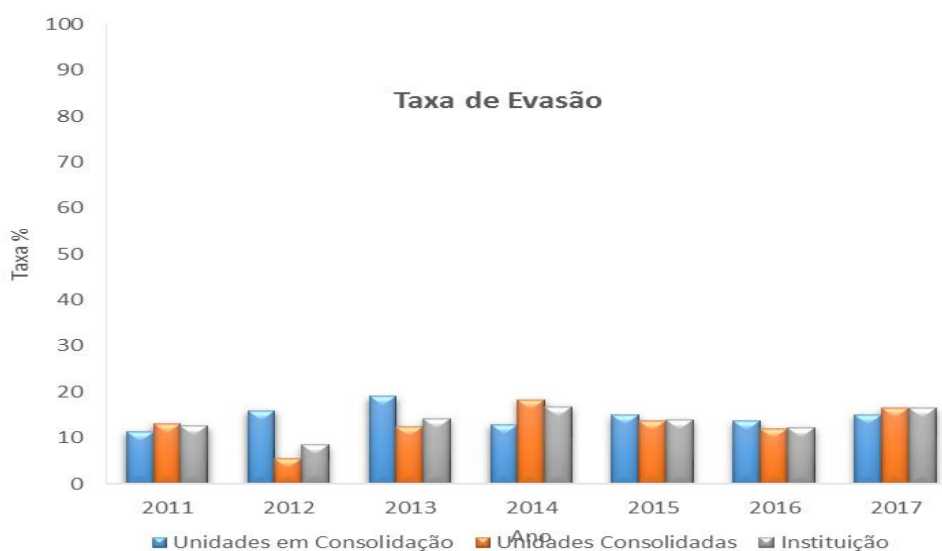


Figura 7: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Evasão entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.

Observa-se um comportamento da Taxa de Evasão crescente entre 2011 e 2013, decréscimo em 2014 e constante nos três últimos anos analisados nas Unidades em



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Consolidação. As Unidades Consolidadas e a instituição de forma geral, apresentaram sua maior evasão no ano de 2014, seguido pelo ano de 2017.

Nas Figuras 8 e 9 é possível a visualização da Taxa de Matrícula Continuada Regular no período de 2011 a 2017.

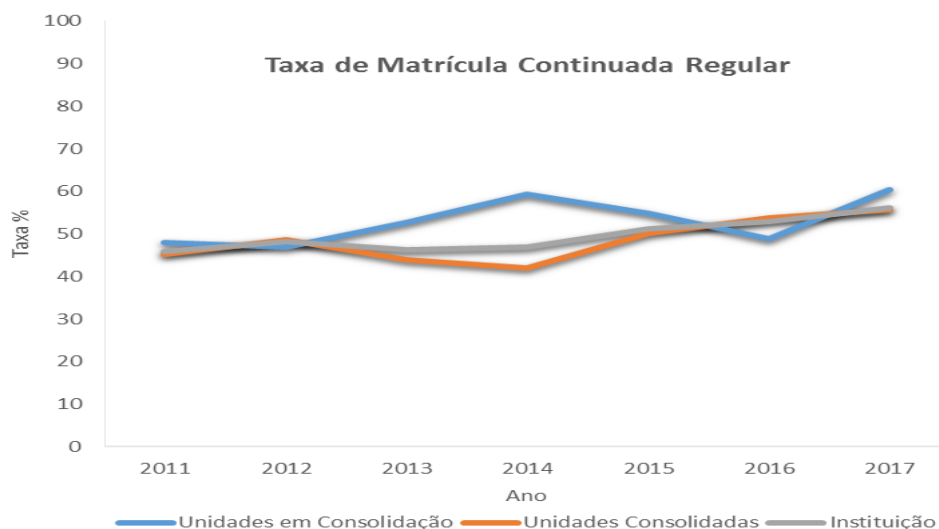


Figura 8: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Matrícula Continuada Regular entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.



Figura 9: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Matrícula Continuada Regular entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.

No tocante ao indicador Taxa de Matrícula Continuada Regular, o ano de 2017 foi o que apresentou os melhores resultados em todas as situações.

Nas Figuras 10 e 11 é possível a visualização da Taxa de Matrícula Continuada Retida no período de 2011 a 2017.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

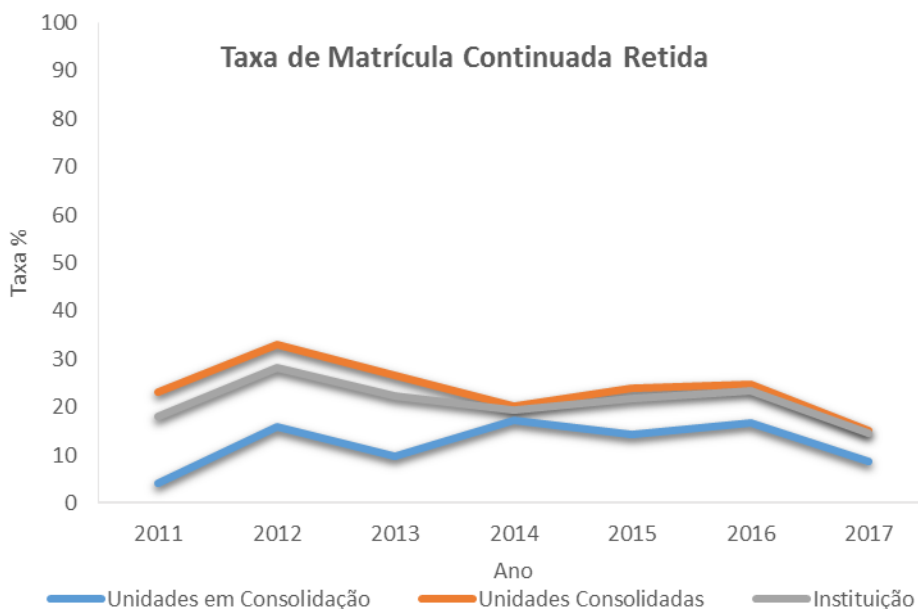


Figura 10: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Matrícula Continuada Retida entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.



Figura 11: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Matrícula Continuada Retida entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.

Corroborando com a análise dos gráficos do indicador anterior, tanto o IFRS quanto as Unidades Consolidadas expressaram os melhores resultados em 2017, apresentando a menor Taxa de Matrícula Retida.

Comparando os estudantes que concluem o curso no prazo com o número de estudantes previstos a concluir, a Taxa de Efetividade Acadêmica é apresentada nas Figuras 12 e 13.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

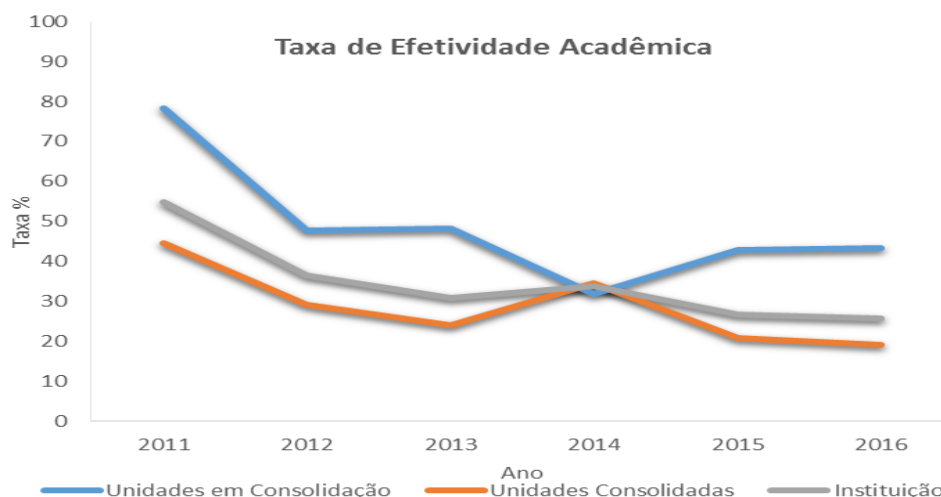


Figura 12: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Efetividade Acadêmica entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.

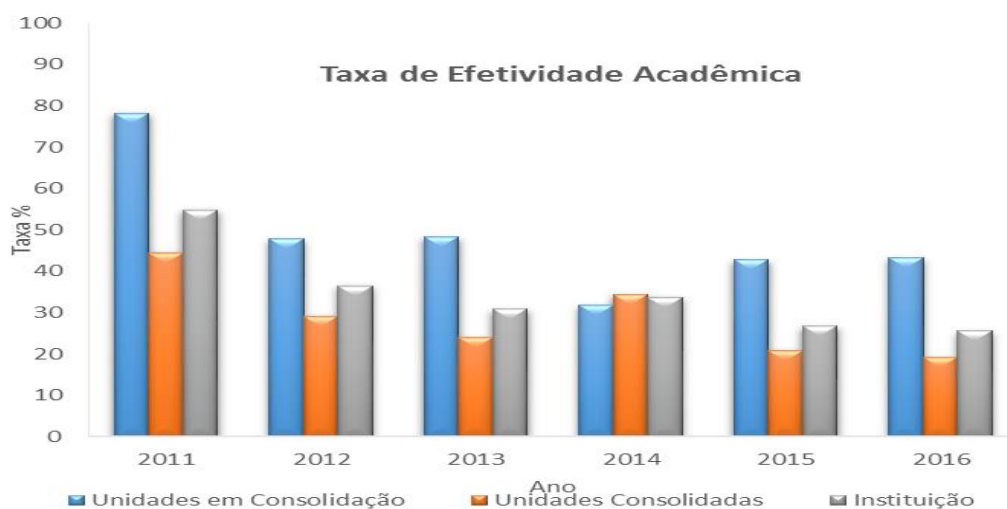


Figura 13: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Efetividade Acadêmica entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.

É possível observar que a Taxa de Efetividade Acadêmica se sobressai nos *Campi* em consolidação, independente do ano de análise. Exceto nas Unidades em Consolidação, essa Taxa é a menor em 2017.

O Índice de Eficiência, visualizada nas Figuras 14 e 15, permite a comparação do número de estudantes concluintes com o número de matrículas finalizadas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

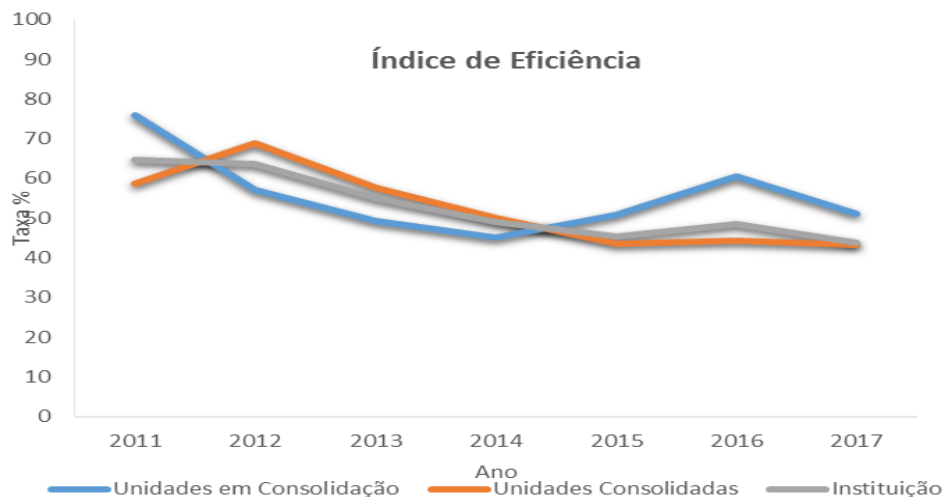


Figura 14: Comparativo do Indicador quantitativo Índice de Eficiência entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.

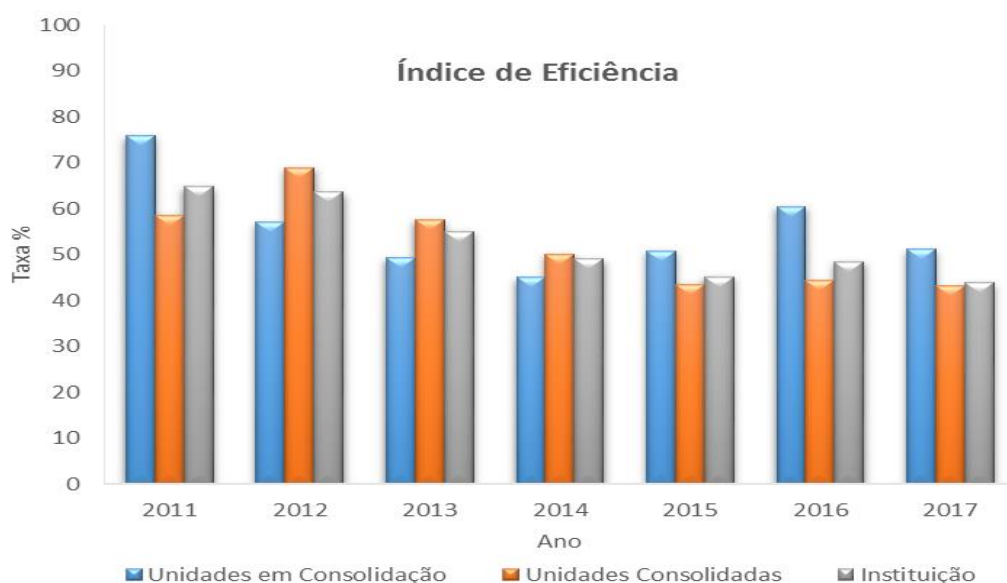


Figura 15: Comparativo do Indicador quantitativo Índice de Eficiência entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, no período de 2011 a 2017.

De acordo com as Figuras acima, 2017 apresenta a menor Índice de Eficiência tanto da Instituição quanto das Unidades Consolidadas. Para Unidades em Consolidação, 2014 foi o ano com a menor taxa.

A análise acima descrita, das Figuras 14 e 15, é corroborada pela Figura 16 e 17, condizente a Taxa de Permanência e Êxito.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

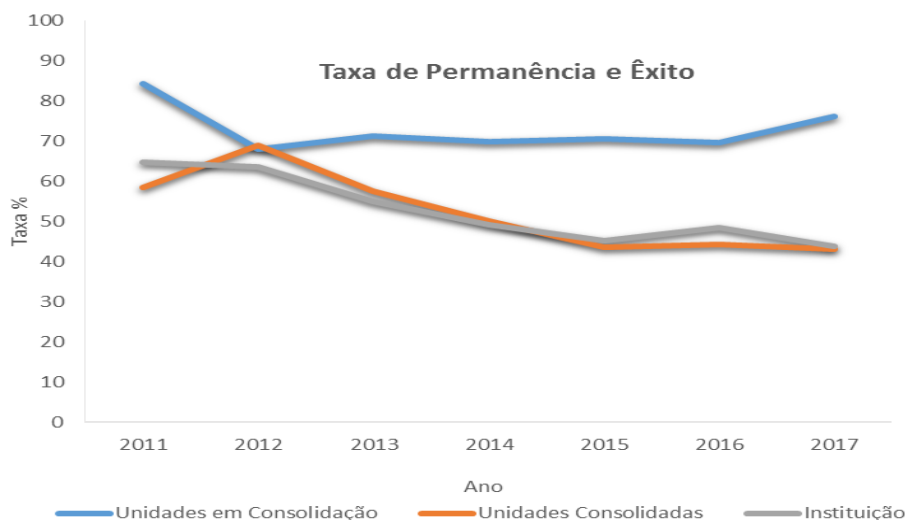


Figura 16: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Permanência entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, e Êxito no período de 2011 a 2017.

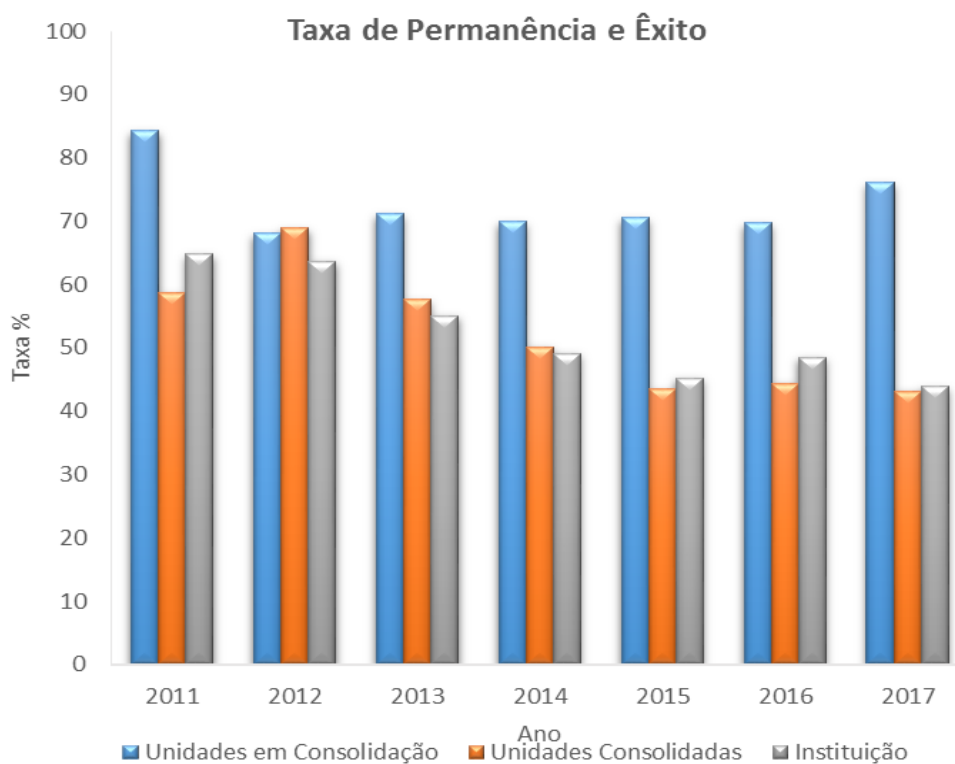


Figura 17: Comparativo do Indicador quantitativo Taxa de Permanência entre Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS, e Êxito no período de 2011 a 2017.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Visando ampliar a compreensão sobre os indicadores, abaixo serão comparados grupos de indicadores gerais do IFRS, reunidos por suas características de complementariedade.

4.2.2. Comparação entre indicadores gerais do IFRS

A Figura 18 apresenta quatro indicadores gerais do IFRS de 2011 a 2017, são eles: Taxa de Conclusão, Taxa de Evasão, Taxa de Matrícula Continuada Regular e Taxa de Matrícula Continuada Retida. Estes indicadores são apresentados conjuntamente uma vez que suas informações são complementares e devem somar 100%.

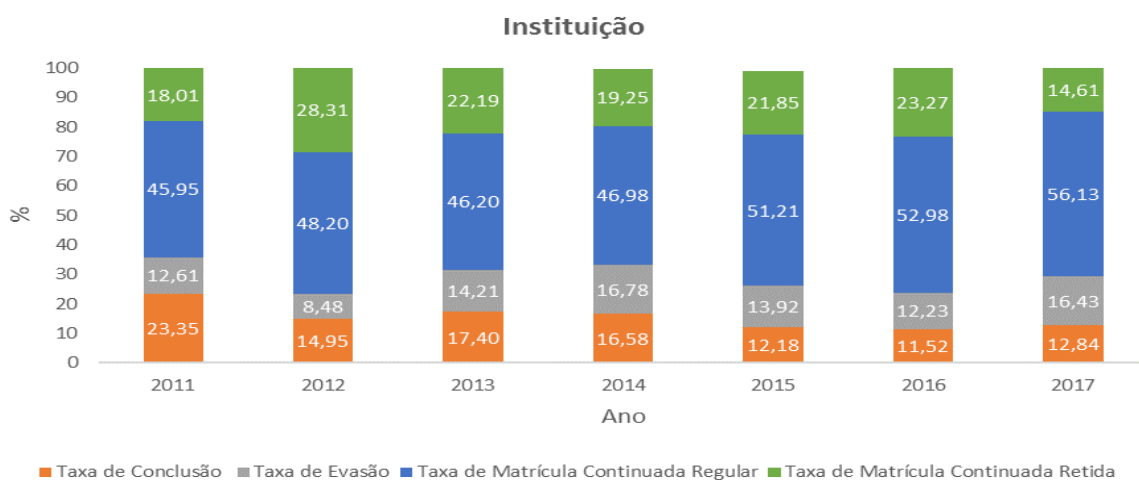


Figura 18: Indicadores quantitativos gerais do IFRS, 2011 a 2017.

De forma análoga a Figura anterior, as Figuras 19 e 20 apresentam os mesmos quatro indicadores discriminados para as Unidades Consolidadas e Unidades em Consolidação.



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Conselho Superior

Unidades Consolidadas

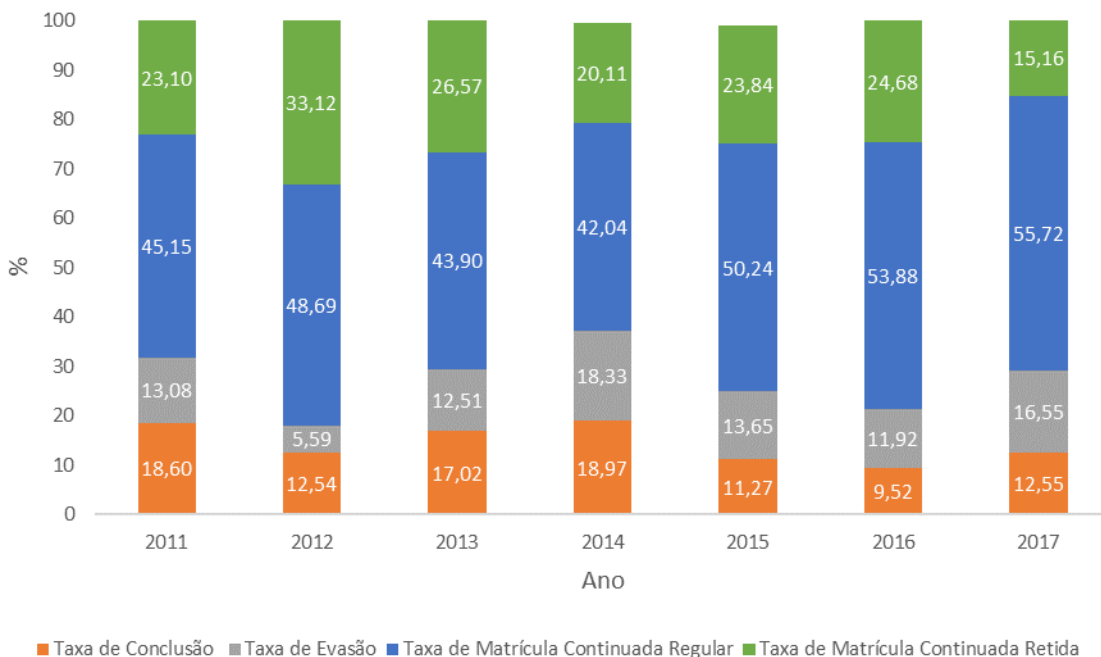


Figura 19: Indicadores quantitativos das Unidades Consolidadas, 2011 a 2017.

Unidades em Consolidação

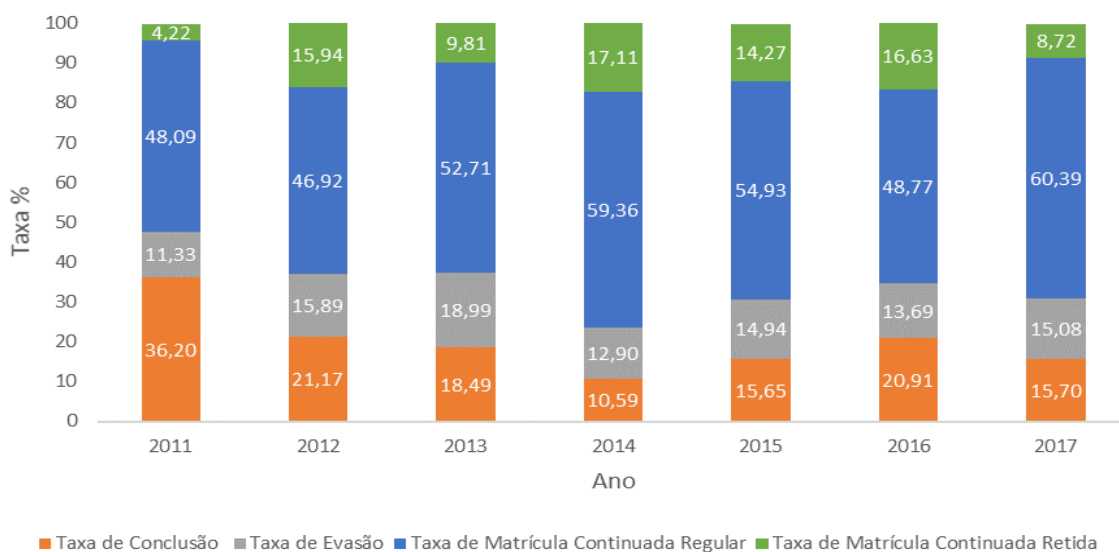


Figura 20: Indicadores quantitativos das Unidades em Consolidação, 2011 a 2017.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Os indicadores Taxa de Efetividade Acadêmica, Índice de Eficiência e Taxa de Permanência e Êxito são observados nas Figuras 21, 212 e 23.

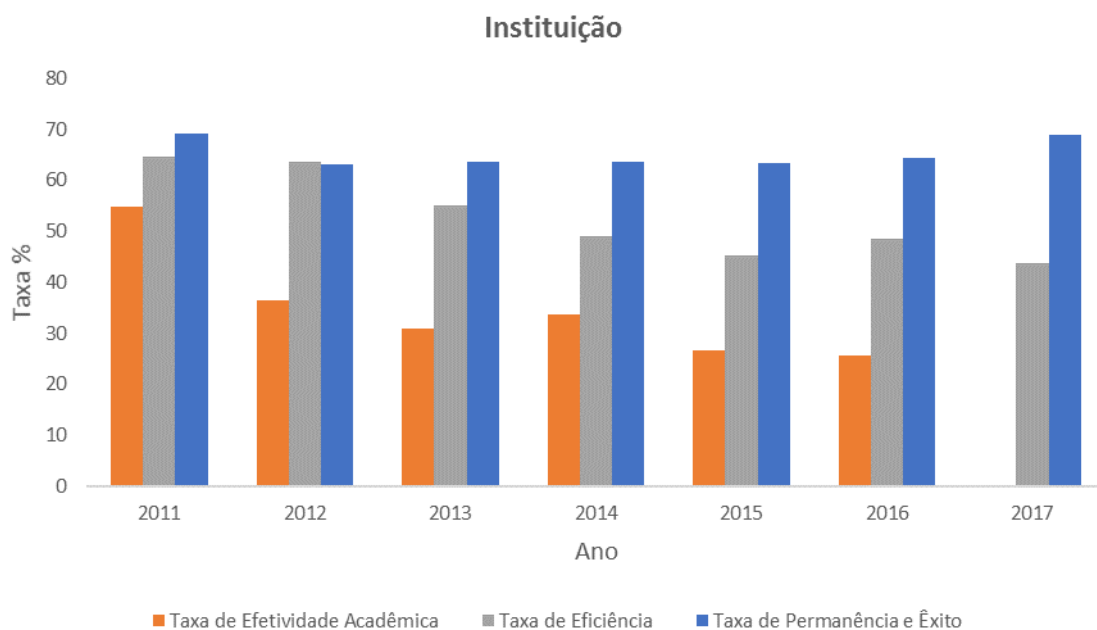


Figura 21: Indicadores quantitativos gerais do IFRS, 2011 a 2017.

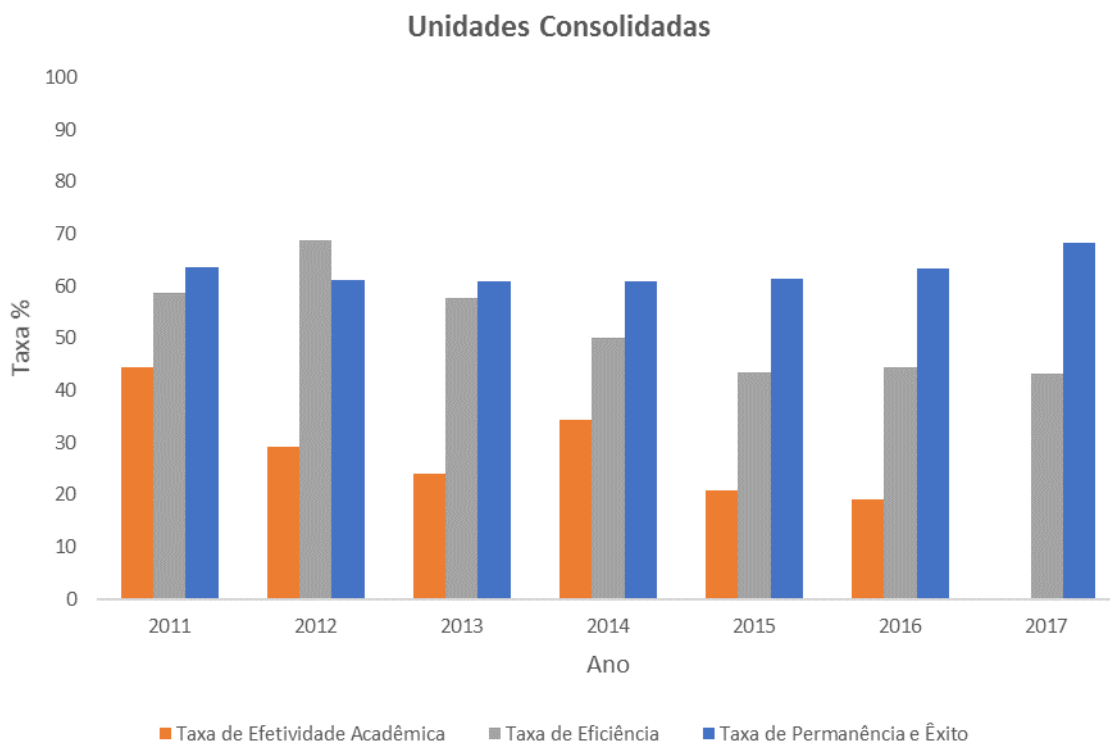


Figura 22: Indicadores quantitativos das Unidades Consolidadas, 2011 a 2017.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Unidades em Consolidação

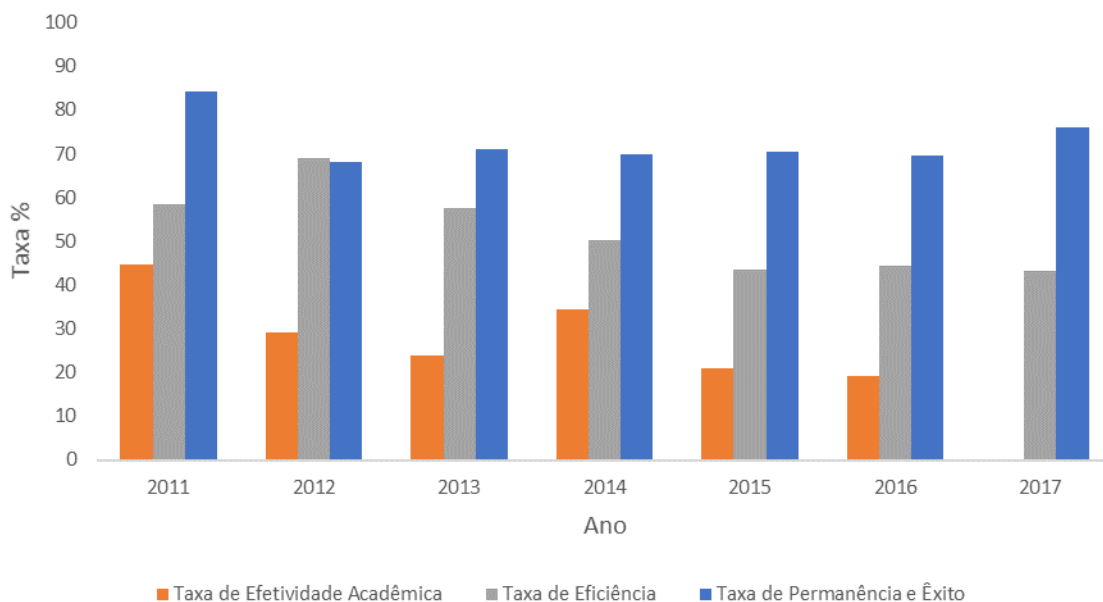


Figura 23: Indicadores quantitativos das Unidades em Consolidação, 2011 a 2017.

Dando continuidade à análise de indicadores, abaixo apresenta-se os Índices de Eficiência e de Eficácia por *Campus* e a relação unidades consolidadas, em consolidação e o IFRS de maneira geral.

4.2.3. Índice de Eficiência e Eficácia

Nas Figuras 24 e 25 é possível visualizar os Índices de Eficiência e Eficácia gerais da instituição e das Unidades Consolidadas e em Consolidação. Os dados apresentados são representativos do ano de 2016.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

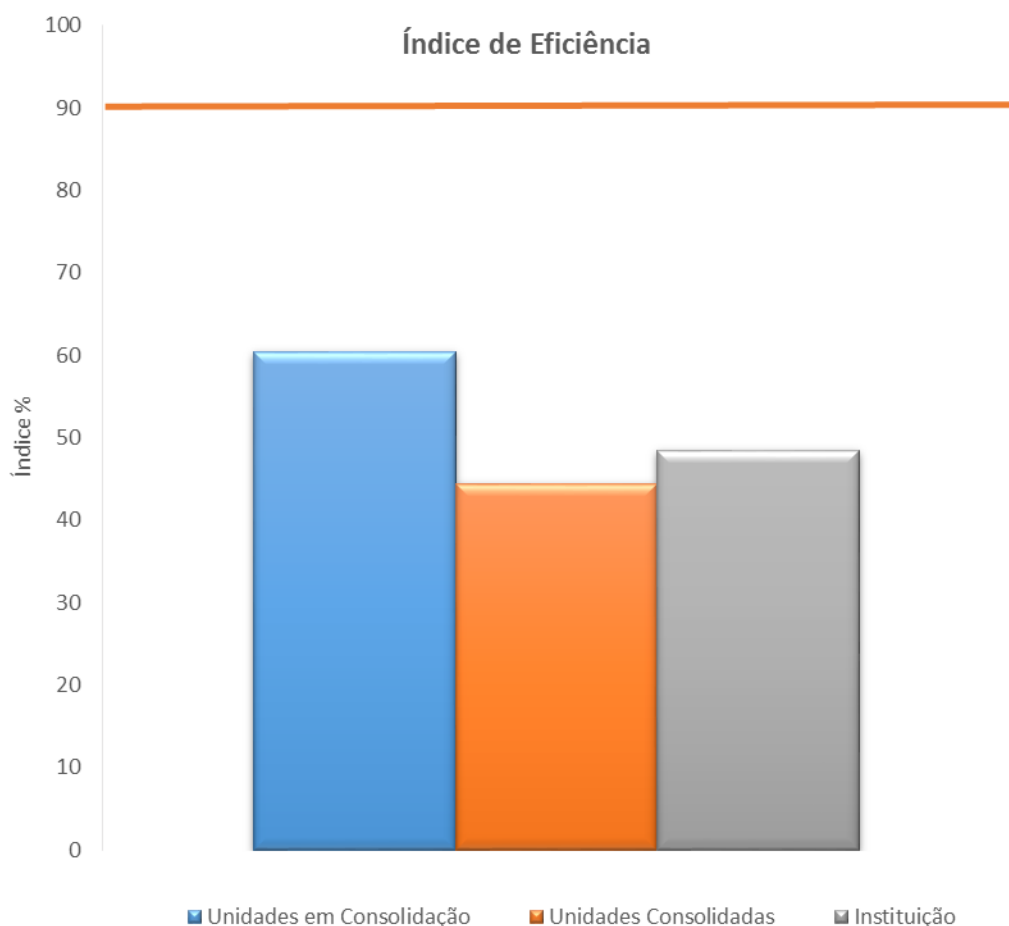


Figura 24: Índice de Eficiência das Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS em 2016.

O Índice de Eficiência relaciona o número total de estudantes regularmente matriculados com o número total de vagas ofertadas. Observa-se na Figura 24 que a Instituição não alcançou o patamar de 50% neste indicador. A linha vermelha condiz com o patamar firmado no TAM, 90% para o Índice de Eficiência.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

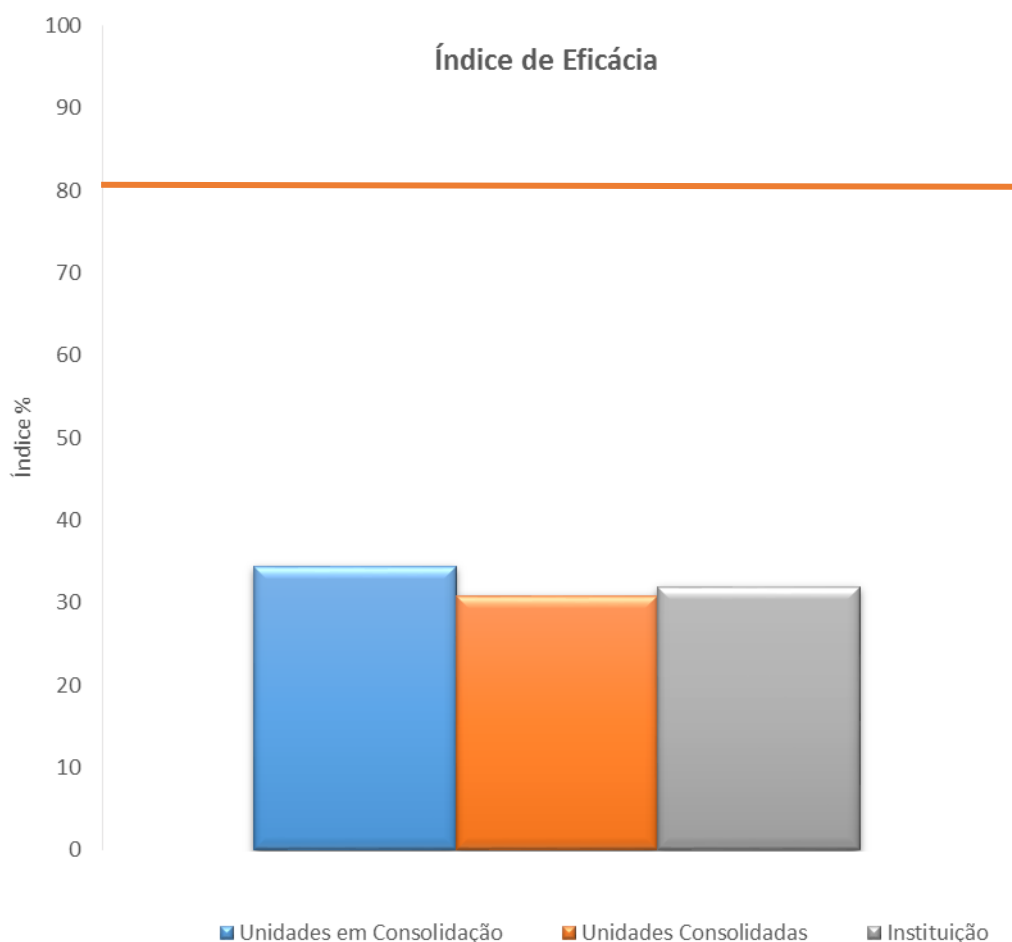


Figura 25: Índice de Eficácia Acadêmicas das Unidades Consolidadas, Unidades em Consolidação e IFRS em 2016.

O Índice de Eficácia expressa o número total de estudantes concluídos com o número total de vagas ofertadas. A linha vermelha condiz com o patamar firmado no Termo de Acordo e Metas e Compromissos (TAM), assinado no ano de 2010, pelos Institutos Federais e o MEC, 80% para o Índice de Eficácia.

As Figuras 26 e 27 ilustram os Índices de Eficiência e Eficácia da Instituição e dos *Campi*.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

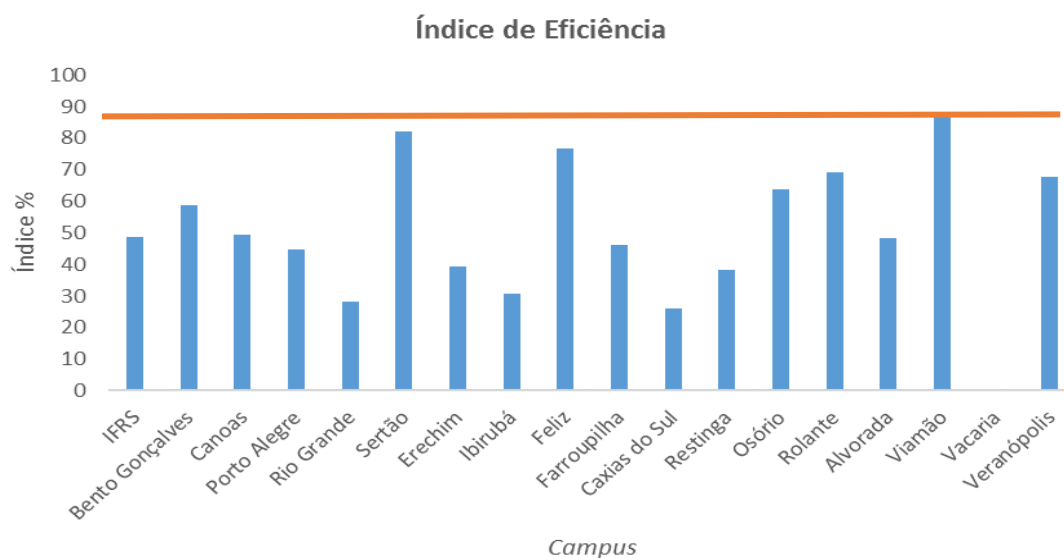


Figura 26: Índice de Eficiência Acadêmica geral do IFRS e de cada Campus em 2016.

Para o Índice de Eficiência, o Termo de Acordo e Metas e Compromissos, previa alcance da meta mínima de 90% de eficiência.

Observa-se que estes indicadores do *Campus* de Vacaria possuem os valores zerados, isso é justificado uma vez que o referido *Campus* se encontra em situação de implantação e não tinha alunos concluídos no momento de fechamento da planilha.

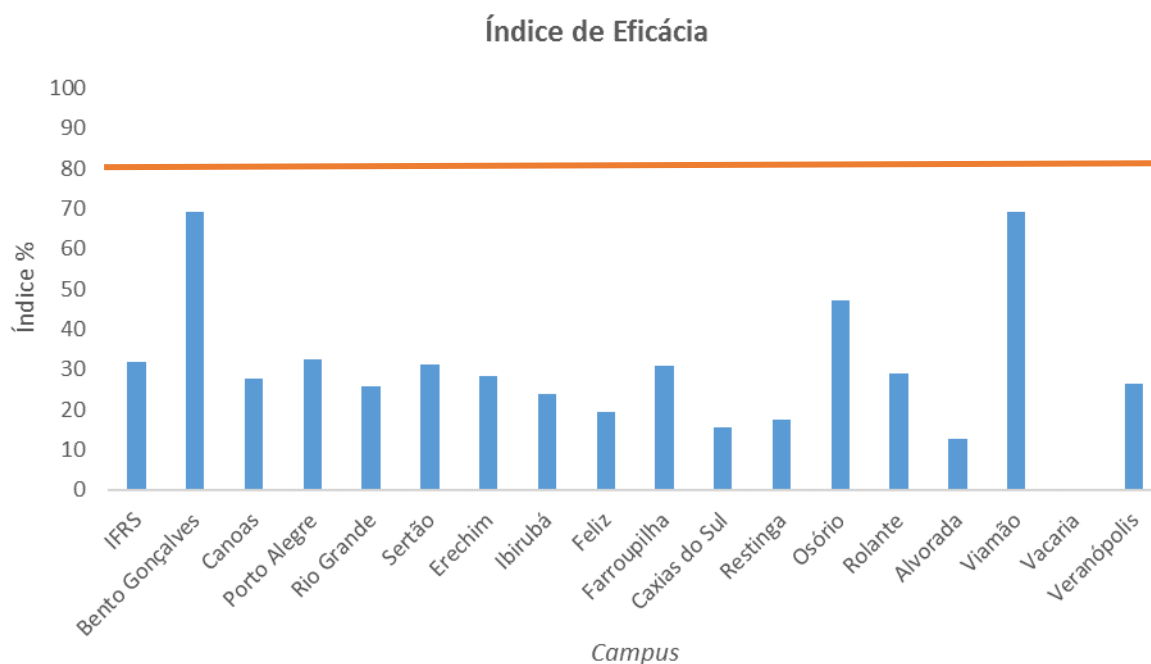


Figura 27: Índice de Eficácia Acadêmica geral do IFRS e de cada Campus em 2016.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Analisando o Índice de Eficácia da Instituição e seus *Campus*, verifica-se valores inferiores se comparados ao Índice de Eficiência, sugerindo que o índice de evasão seja crescente ao longo dos cursos.

A Figura 28 e 29 expressam a Taxa de Matrícula Continuada Regular, a Taxa de Matrícula Continuada Retida, a Taxa de Conclusão e a Taxa de Evasão, global do IFRS e de cada *Campus*, referente ao ano de 2016. Na Figura 28, apresenta-se o somatório desses indicadores que, por serem complementares, correspondem a 100%.

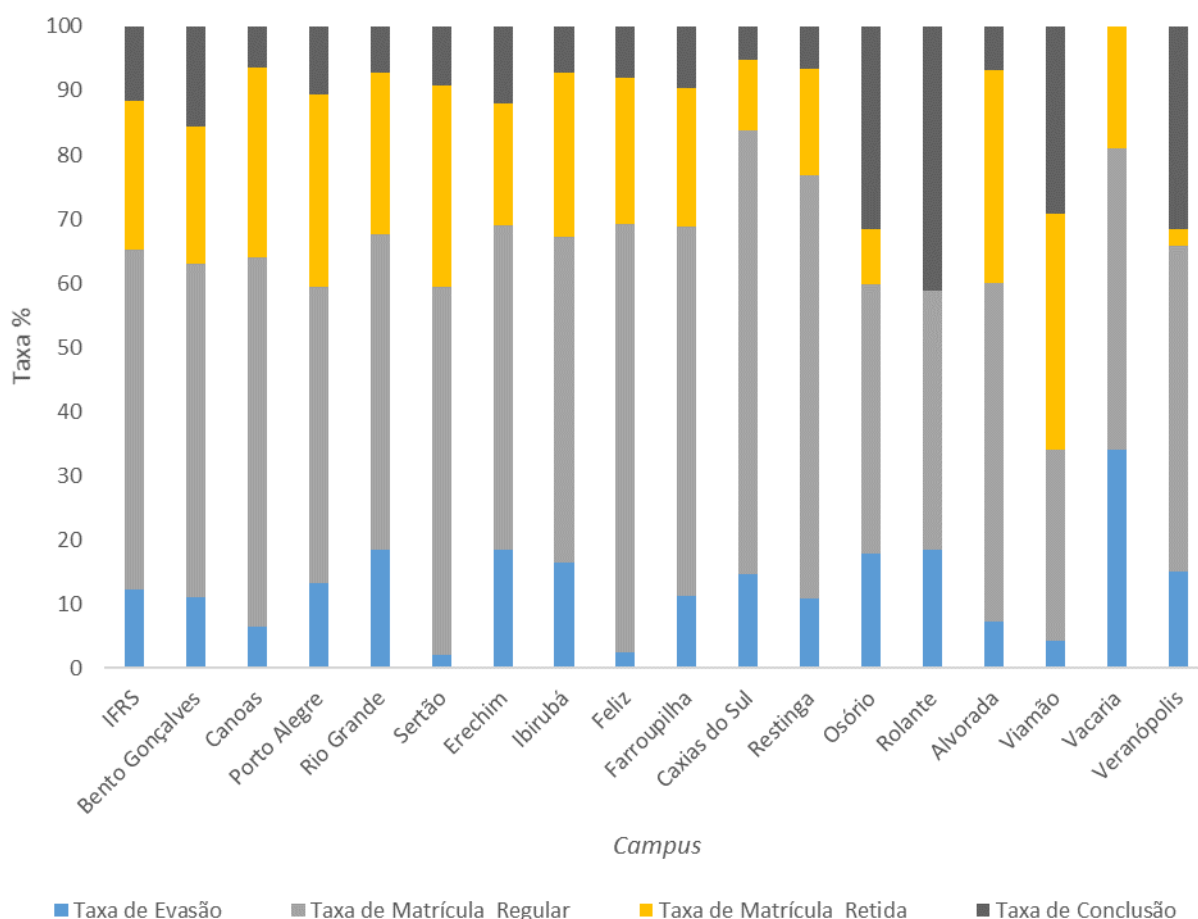


Figura 28: Somatório das Taxa de Matrícula Continuada Regular, Taxa de Matrícula Continuada a Taxa de Conclusão e a Taxa de Evasão, global do IFRS e de cada Campus, referente ao ano de 2016.

Figura 29, apresenta-se o comparativo desses indicadores a fim de ampliar as possibilidades de análise.



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Conselho Superior

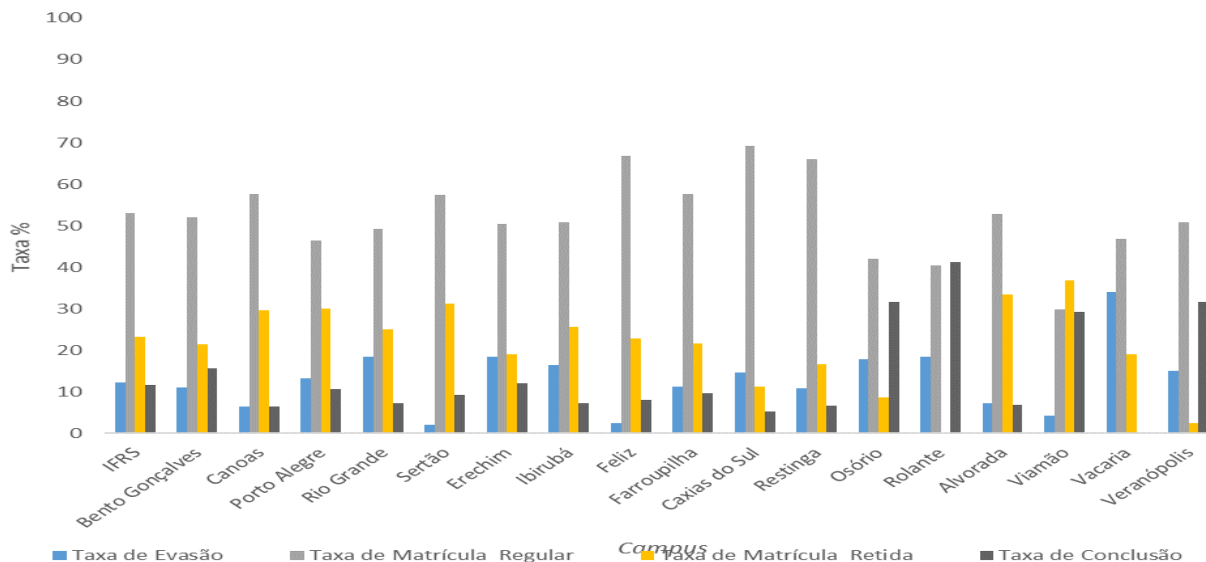


Figura 29: Comparativo das Taxa de Matrícula Continuada Regular, Taxa de Matrícula Continuada a Taxa de Conclusão e a Taxa de Evasão, global do IFRS e de cada Campus, referente ao ano de 2016.

Observa-se uma variação importante nas taxas da Figura acima entre os diferentes *Campi*. É importante salientar que os *Campi* possuem características particulares e estão em diferentes fases de implantação.

A Figura 30 reflete a situação do IFRS e seus *Campi* no que condiz a Taxa de Efetividade Acadêmica e a Taxa de Permanência e Êxito global do IFRS e de cada *Campus*, referente ao ano de 2016.

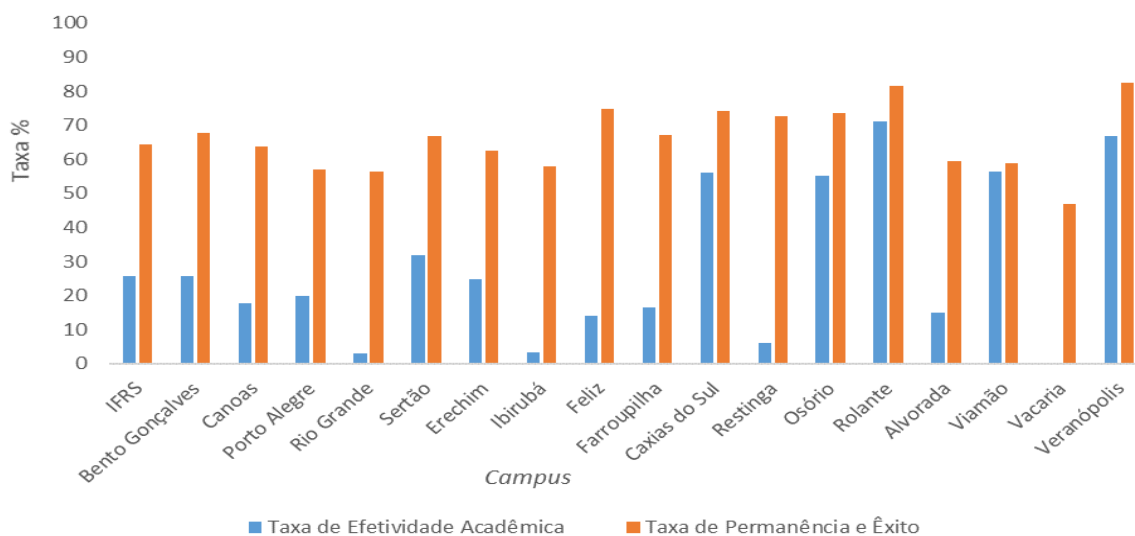


Figura 30: Taxa de Efetividade Acadêmica e Taxa de Permanência e Êxito global do IFRS e de cada Campus, referente ao ano de 2016.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Semelhante ao analisado na Figura 29, acredita-se que essa variação seja consequência tanto das diferentes realidades que os *Campi* estão inseridos quanto da fase de implantação em que se encontram.

Os mesmos indicadores explicitados para a Instituição e cada *Campus*, foram discriminados por modalidade de ensino. Nesse sentido, no primeiro momento explora-se os dados referentes aos cursos técnicos, subdivididos em integrado, concomitante, subsequente e PROEJA, e, cursos superiores, sendo licenciatura, tecnólogo e bacharelado.

As Taxas de Efetividade Acadêmica, Permanência e Êxito e Eficácia dos cursos técnicos, referentes ao ano de 2016, são apresentados na Figura 31.

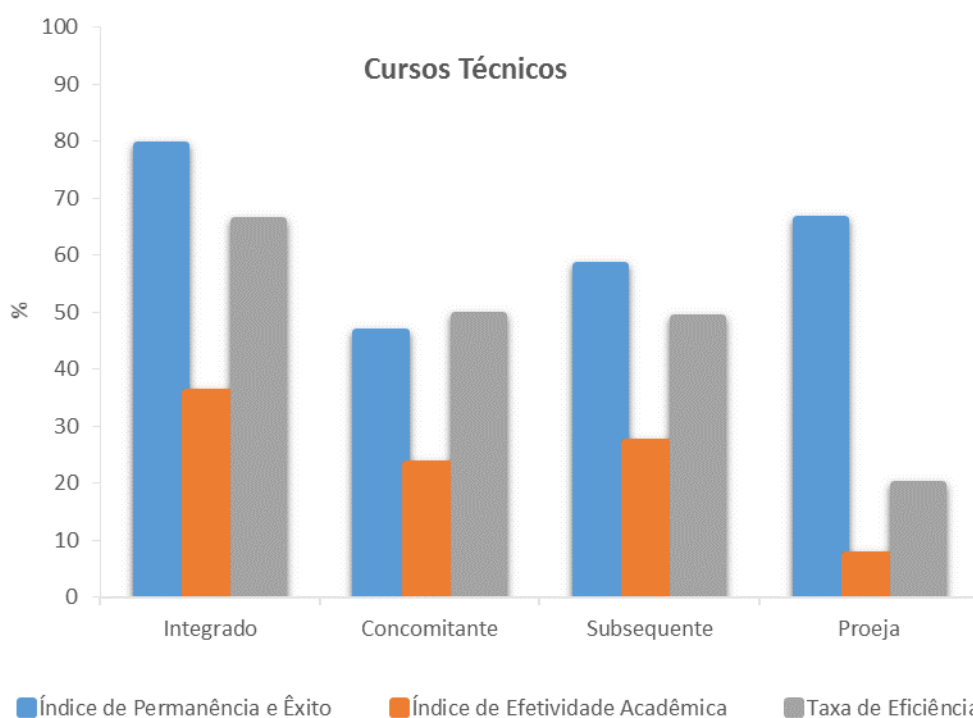


Figura 31: Taxa de Efetividade Acadêmica, Taxa de Permanência e Êxito e Taxa de Eficácia dos cursos técnicos, referentes ao ano de 2016.

Analisando as diferentes modalidades de ensino dos cursos técnicos, é possível verificar que a modalidade "Integrado" apresenta os melhores resultados para todos indicadores (Figuras 31 e 32), quando comparados às demais modalidades.



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Conselho Superior

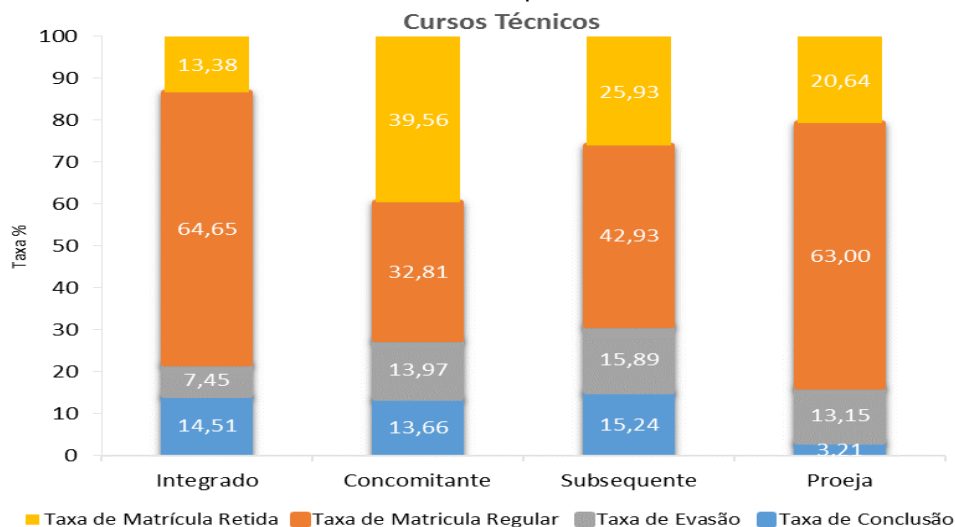


Figura 32: Taxa de Matrícula Continuada Retida, Taxa de Matrícula Continuada Regular, Taxa de Conclusão, e Taxa de Evasão dos cursos técnicos, referentes ao ano de 2016.

As Figuras 33 e 34 comparam os indicadores avaliados para as diferentes modalidades de ensino superior, ou seja, Licenciatura, Tecnólogo e Bacharelado.

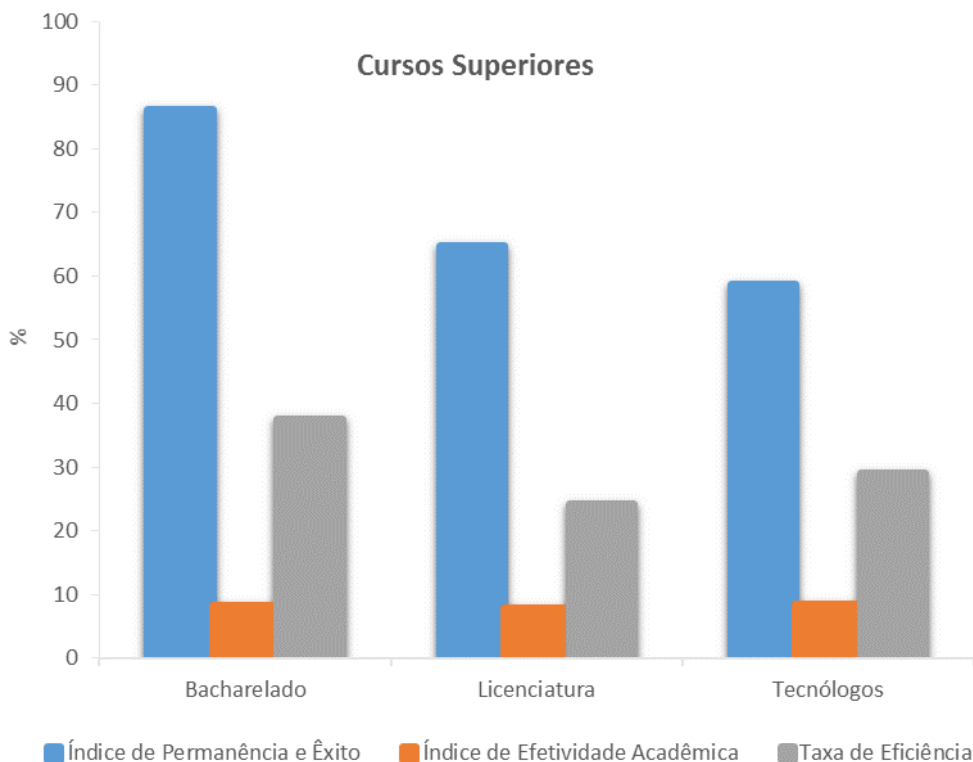


Figura 33: Taxa de Efetividade Acadêmica, Taxa de Permanência e Êxito e Taxa de Eficácia dos cursos superiores, referentes ao ano de 2016.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

A Figura 33 permite observar que a Taxa de Efetividade Acadêmica, embora com um valor bastante baixo, menor do que 10%, não varia nas três modalidades. Comparando a Taxa de Permanência e Êxito, no mesmo gráfico, verifica-se uma superioridade nos cursos de Bacharelado, seguido dos de Licenciatura. O Índice de Eficácia se mostra um pouco superior nos cursos de Tecnologia.

Em relação a Figura 34, observa-se as Taxas de Retenção, Conclusão e Evasão.

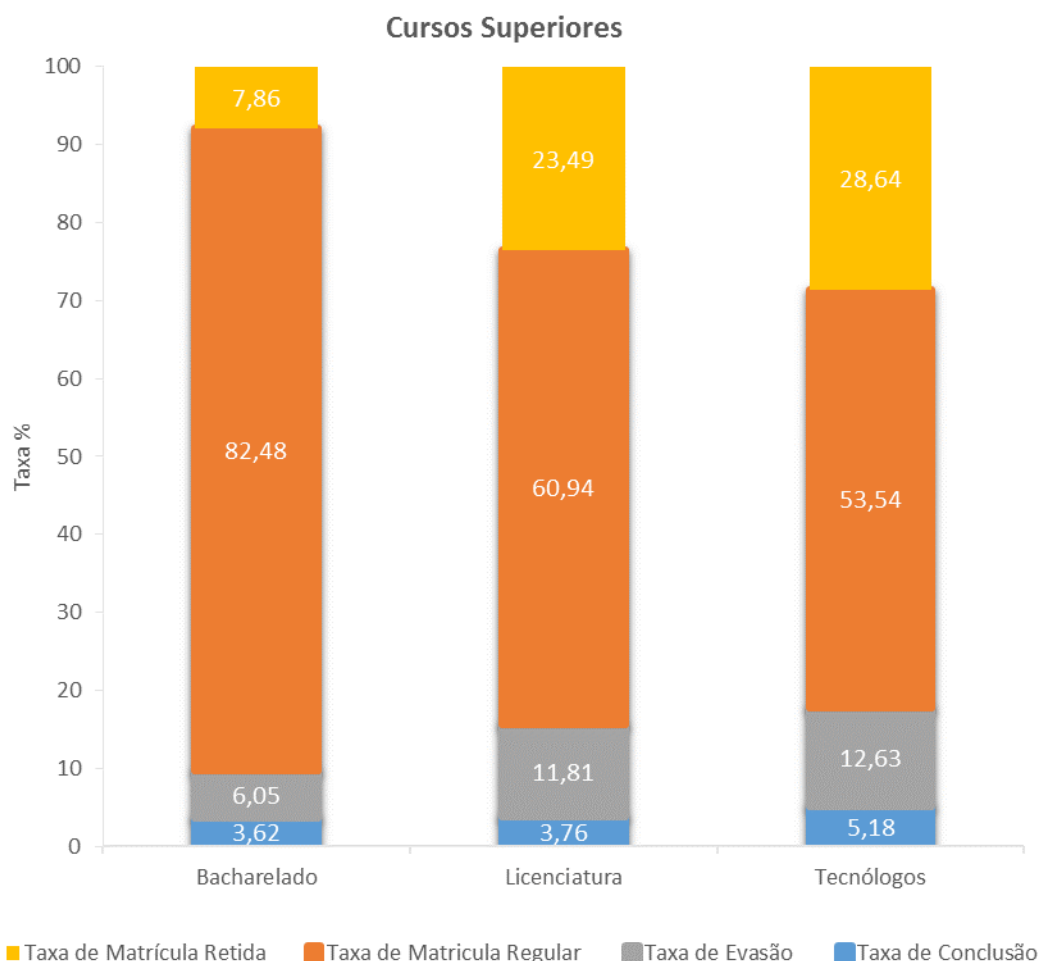


Figura 34: Taxa de Matrícula Continuada Retida, Taxa de Matrícula Continuada Regular, Taxa de Conclusão, e Taxa de Evasão dos cursos superiores, referentes ao ano de 2016.

No gráfico acima verifica-se a maior Taxa de Retenção nos cursos de Tecnologia, seguido dos cursos de Licenciatura. Esse indicador se apresenta com um valor bastante inferior nos cursos de Bacharelado. A Taxa de Conclusão se mostra semelhante nas três modalidades, com um valor pouco superior nos cursos de Tecnologia. Em relação à Taxa de Evasão, os cursos de Licenciatura, Tecnólogo e Bacharelado apresentam valores próximos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

4.2 INDICADORES QUALITATIVOS

O diagnóstico dos indicadores qualitativos foi obtido a partir das informações coletadas no questionário online (Anexo 1) aplicado junto aos servidores e estudantes, conforme descrito no Capítulo 3.

As principais causas apontadas no questionário aplicado, nos diferentes *Campi* e modalidades de ensino, são visualizadas na Tabela 7, abaixo apresentado. As causas aqui coletadas na prática coincidem com a literatura. Importa salientar que, embora os *Campi* apresentem especificidades e particularidades bem distintas, as causas apontadas se mostraram semelhantes.

Tabela 7: Principais causas de evasão e retenção apontadas no questionário online aplicado.

Principais Causas de Evasão e Retenção Apontadas

1. Problemas financeiros
2. Dificuldades no acompanhamento dos conteúdos
3. Nível de exigência muito rigoroso
4. Reprovação em semestres/anos anteriores
5. Busca pela conclusão dos estudos em outra Instituição após reprovação
6. Incompatibilidade de horário entre trabalho e estudos (cansaço, muitos acabam optando pelo trabalho que lhes garante sobrevivência).
7. Curso não atende expectativas.
8. Perfil diferente do curso escolhido.
9. Problemas familiares
10. "Recolocação profissional"
11. Inserção do curso no mercado de trabalho local
12. Falta de tempo para estudar fora da instituição
13. Distância entre casa/Instituição
14. Falta de transporte para se deslocar até a instituição
15. Relacionamento com os colegas
16. Perda dos prazos referentes aos fluxos durante período de matrículas.
17. Relacionamento com alguns professores
18. Migração de Curso

Considerando o Documento Orientador as causas acima apontadas foram distribuídas nas seguintes categorias motivadoras de evasão e de retenção/reprovação, cujos conceitos foram citados no Capítulo 3:

- a) fatores individuais dos estudantes;
- b) fatores internos à instituição; e
- c) fatores externos à instituição.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Tabela 8: Principais causas de evasão e retenção apontadas no questionário online aplicado.

Fatores individuais dos estudantes	Fatores internos à instituição	Fatores externos à instituição
<ul style="list-style-type: none">- Problemas financeiros- Dificuldades no acompanhamento dos conteúdos- Reprovação em semestres/anos anteriores- Busca pela conclusão dos estudos em outra Instituição após reprovação- Incompatibilidade de horário entre trabalho e estudos (cansaço, muitos acabam optando pelo trabalho que lhes garante sobrevivência).- Curso não atende expectativas- Perfil diferente do curso escolhido- Problemas familiares- Recolocação profissional- Falta de tempo para estudar fora da instituição- Distância entre casa/Instituição- Relacionamento com os colegas- Perda dos prazos referentes aos fluxos durante período de matrículas- Migração de Curso	<ul style="list-style-type: none">- Nível de exigência muito rigoroso- Inserção do curso no mercado de trabalho local- Relacionamento com alguns professores	<ul style="list-style-type: none">- Falta de transporte para se deslocar até a instituição

Em concordância com a literatura revisada para este Plano, os fatores individuais preponderam em relação aos fatores internos e externos. Compreende-se esse fenômeno marcado culturalmente e frente às orientações socioeconômicas oriundas do sistema capitalista, tendo em vista a prática de isentar os órgãos públicos sobre a responsabilidade e atenção aos direitos do cidadão. Por sua vez, as incidências dos fatores individuais não isentam a responsabilidade de alteração de práticas por parte da Instituição (fatores internos), bem como o necessário tensionamento sobre os fatores externos relacionados às políticas públicas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

CAPÍTULO V OBJETIVOS, METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

5.1. OBJETIVOS

O objetivo geral e os objetivos específicos foram elaborados com base nos indicadores qualitativos e quantitativos. São eles:

Objetivo Geral: Determinar medidas estratégicas que favoreçam o alcance de metas para a permanência e o êxito no processo de formação integral dos estudantes do IFRS.

Objetivos Específicos:

- Identificar as fragilidades que obstruem a permanência e o êxito dos estudantes.
- Categorizar as fragilidades nas características propostas neste plano: Individual, Internas da Instituição e Externas.
- Estabelecer estratégias para cada uma das metas com vistas à permanência e êxito dos estudantes.
- Acompanhar o desenvolvimento das ações propostas.
- Avaliar os resultados com vistas ao aprimoramento do plano.

5.2 METAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Como consta no PDI do IFRS

A partir de uma análise ambiental, a organização pode definir objetivos, que são os resultados que devem ser alcançados para que a Instituição se desenvolva. Objetivos são representações de resultados, sejam eles quantitativos ou qualitativos, que se busca alcançar em um prazo determinado, no contexto de seu ambiente. A definição de objetivos é importante, uma vez que eles fornecem elementos essenciais para a organização, a motivação e o controle institucional. Com objetivos e com uma comunicação efetiva, o comportamento das organizações toma a direção desejada por seus atores, gestores e comunidades. (IFRS, 2014, p.85)

No que tange ao Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes, as metas expostas são quantitativas e qualitativas.

5.2.1 METAS QUANTITATIVAS

As metas quantitativas são aquelas explicitadas no Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado com o MEC em 2010. Observa-se que o acordo firmado à época determina como metas gerais os índices de Eficiência e Eficácia da Instituição até o ano 2016, com meta intermediária no ano de 2013. Embora as datas já estejam ultrapassadas, propõe-se, neste plano, permanecer com as mesmas metas, uma vez que não foram atingidas. Na Tabela 9 é possível visualizar os índices acordados e os novos prazos estabelecidos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

Tabela 9: Metas quantitativas estabelecidas no acordo firmado entre a Rede Federal de Ensino e o MEC no Termo de Acordo de Metas e Compromissos, 2010.

Índice	2013	2016
Eficiência da Instituição	75%	90%
Eficácia da Instituição	70%	80%

5.2.2 METAS QUALITATIVAS

As metas qualitativas foram definidas com base nas principais causas elencadas pelos respondentes do questionário aplicado, conforme explicitado no Capítulo 3. Para cada meta foram propostas ações, com prazos determinados e o agente responsável por sua execução. Salienta-se que as metas e ações são gerais para a Instituição, não especificando modalidade de ensino e tampouco *Campus*. Para tais especificidades, cada *Campus* elaborará seu Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos estudantes.

As Tabelas abaixo, separados por fatores causais, metas, as ações a elas relacionadas, os agentes responsáveis e os prazos têm a finalidade de possibilitar a visualização do fluxo de construção desse instrumento. A nomeação das metas e ações foi proposta pela CIAAPE com base nos fatores causais.

A Tabela 10 apresenta as ações específicas para a meta descrita como “Construção de Programa Institucional de Formação Continuada para Servidores (Professores e Técnicos Administrativos)”.

Tabela 10: Meta qualitativa: Construção do Programa Institucional de Formação Continuada para Servidores (Docentes e Técnicos Administrativos) com foco na Permanência e Êxito.

Meta	Fatores Causais	Ação Proposta	Agente Responsável	Prazo
Construção de Programa Institucional de Formação Continuada para Servidores (Docentes e Técnicos Administrativos) ⁸	- Dificuldades no acompanhamento dos conteúdos - Reprovação em semestres/anos anteriores - Nível de exigência	Realizar cursos de formação continuada, atendendo as especificidades das demandas nos <i>Campi</i> .	Pró-Reitoria de Ensino/ Direção de Ensino/ Departamento de Gestão de Pessoas	Permanente
		Aprimorar aspectos didáticos, metodológicos e avaliativos	Pró-Reitoria de Ensino/ Direção de Ensino	Permanente

⁸ A Pró-Reitoria de Ensino, visando fomentar a formação continuada dos servidores pretende elaborar um Programa Institucional de Formação Continuada para Servidores Docentes e Técnicos Administrativos, objetivando ampliar os espaços de discussão no que tange à qualificação do fazer pedagógico, bem como debater as questões emergentes do contexto educacional. Pretende-se institucionalizar um espaço de formação continuada de servidores que contribua para a construção da expertise pedagógica a partir da visão de pedagogia ativa com ênfase na inovação, tecnologia e cultura, bem como no trabalho como princípio educativo. O enfoque do referido Programa será a reflexão sobre a práxis e a produção de conhecimentos na área da Pedagogia para o Ensino Profissional Técnico e Tecnológico de forma a contribuir com a qualidade do ensino verticalizado e indissociado da pesquisa e da extensão no IFRS, o que poderá ser um fator favorável à permanência e o êxito dos estudantes.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

	muito rigoroso	Fortalecer a articulação entre teoria e prática através de reuniões pedagógicas sistemáticas por curso e/ou área	Pró-Reitoria de Ensino/ Direção de Ensino	Permanente
		Aproximar a realidade estudada em sala de aula com o contexto do mundo do trabalho, buscando eliminar a dualidade estrutural entre educação profissional e propedêutica	Pró-Reitorias Ensino/Extensão/Pesquisa	Permanente
		Planejar situações didáticas que favoreçam o aproveitamento dos processos de ensino e de aprendizagem	Pró-Reitoria de Ensino/ Direção de Ensino	Permanente
		Incentivar os servidores para a prática da EaD.	Pró-Reitoria de Ensino/ Direção de Ensino/Departamento de Gestão de Pessoas	Permanente

A meta qualitativa “Acompanhamento com equipe multidisciplinar e multiprofissional” é expressa na Tabela 11, onde são elencadas suas ações, o gestor responsável e o prazo para execução.

Tabela 11: Meta qualitativa: Acompanhamento com equipe multidisciplinar e multiprofissional.

Meta	Fatores Causais	Ação Proposta	Agente Responsável	Prazo
Acompanhamento dos estudantes com equipe multidisciplinar e multiprofissional	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades no acompanhamento dos conteúdos - Reprovação em semestres/anos anteriores - Busca pela conclusão dos estudos em outra Instituição após reprovação 	Flexibilizar horário de atendimento ao estudante	Pró-Reitoria de Ensino/ Direção de Ensino	Permanente
		Proporcionar estratégias metodológicas de ensino e aprendizagem que permitam a recuperação de escolarizações anteriores	Pró-Reitoria de Ensino/ Direções de Ensino	Permanente



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Conselho Superior

<p>-Incompatibilidade de horário entre trabalho e estudos (cansaço, muitos acabam optando pelo trabalho que lhes garante sobrevivência)</p> <p>- Problemas familiares</p> <p>- Falta de tempo para estudar fora da instituição</p> <p>- Relacionamento com os colegas</p> <p>- Migração de Curso</p> <p>- Relacionamento com alguns professores</p>	<p>Criar processos de Orientação Profissional para os estudantes no IFRS</p>	<p>Pró-Reitoria de Ensino/ Direções de Ensino/ Assistência Estudantil</p>	<p>Permanente</p>
	<p>Criar instrumento para conhecer o perfil do estudante do IFRS, vinculado ao processo seletivo e ingresso na Instituição</p>	<p>Pró-Reitorias de Ensino/Desenvolvimento Institucional e Assistência Estudantil</p>	<p>Dezembro 2018</p>
	<p>Estimular a criação de grupos de estudo com a participação de servidores, estudantes e comunidade</p>	<p>Pró-Reitorias de Ensino/Extensão/Pesquisa/Assistência Estudantil</p>	<p>Permanente</p>
	<p>Propor atividades de integração entre os estudantes, família, comunidade e Instituição</p>	<p>Direções de Ensino/Extensão/Pesquisa/Comunicação/Assistência Estudantil</p>	<p>Permanente</p>
	<p>Preparar e auxiliar as coordenações de curso para atender e acompanhar os estudantes</p>	<p>Pró-Reitoria de Ensino/ Direções de Ensino/Assistência Estudantil</p>	<p>Permanente</p>
	<p>Desenvolver ações de conscientização do estudante sobre a rotina diária de estudos</p>	<p>Direção de Ensino/ Coordenação de Curso/Equipe Pedagógica do <i>Campus</i>/ Assistência Estudantil</p>	<p>Permanente</p>
	<p>Acompanhar os estudantes com problemas recorrentes de assiduidade, pontualidade e disciplina</p>	<p>Direção de Ensino/ Coordenação de Curso/Equipe Pedagógica do <i>Campus</i>/ Assistência Estudantil</p>	<p>Permanente</p>
	<p>Adequar ações de inclusão e de acessibilidade para os estudantes com necessidade</p>	<p>Direção de Ensino/ Coordenação de Curso/Equipe Pedagógica do</p>	<p>Permanente</p>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

		educacional específica ou transtorno funcional específico	<i>Campus</i>	
		Fornecer atendimento individualizado aos estudantes com necessidades educativas especiais	Direção de Ensino/ Coordenação de Curso/Equipe Pedagógica do <i>Campus</i>	Permanente
		Fomentar e organizar a realização de eventos de natureza técnico-científica, artístico-cultural e desportiva para promover a aproximação da comunidade interna e externa	Pró-Reitorias de Ensino e Extensão/Comunicação/ Assistência Estudantil	Permanente
		Promover eventos e atividades que estimulem a interação do estudante com o mundo do trabalho	Pró-Reitorias de Ensino e Extensão/Comunicação	Permanente
		Desenvolver mecanismos de interação com egressos e empresas	Pró-Reitorias de Ensino /Extensão/ Direções de Ensino	Permanente
		Aperfeiçoar mecanismos de acompanhamento com os egressos	Pró-Reitorias de Ensino /Extensão/ Direções de Ensino	Permanente
		Fomentar a utilização das áreas de vivência	Assistência Estudantil	Permanente
		Divulgar os processos que envolvem a assistência estudantil	Assistência Estudantil	Permanente

Observação: Nos levantamentos realizados não houve menção ao acesso de estudantes com necessidades específicas (PcD) nem estudantes de origem afro-brasileira e indígena (Aaf). Para o acompanhamento dos estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas o IFRS já conta com Núcleos específicos de apoio (NAPNEs e NEABIs) e a PROEN,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

particularmente, já desenvolveu normativas em conjunto com a Coordenação de Ações Afirmativas (PROEX) de forma a amenizar situações de aprendizagem e acesso ao conhecimento e à instituição. Cabe nesse momento apontar o trabalho da Assistência Estudantil que tem acompanhado os estudantes nas condições acima apontadas e buscado, junto às Direções/Coordenações de Ensino, estabelecer ações multidisciplinares e, se possível, envolvendo equipe multiprofissional.

A meta qualitativa “Instituição de Diretrizes de Comunicação e Eventos” é expressa na Tabela 12, onde são elencadas suas ações, o gestor responsável e o prazo para execução.

Tabela 12: Meta qualitativa: Instituição de Diretrizes de Comunicação e Eventos.

Meta	Fatores Causais	Ação Proposta	Agente Responsável	Prazo
Instituição de Diretrizes de Comunicação e Eventos	- Curso não atende expectativas	Divulgar com maior clareza os cursos	Comunicação	Permanente
	- Perfil diferente do curso escolhido	Adequar os canais de comunicação quanto às informações dos processos seletivos institucionais	Comunicação	Permanente
	- Perda dos prazos referentes aos fluxos durante período de matrículas	Criar mecanismo de divulgação dos cursos e de ações de extensão e pesquisa	Comunicação	Permanente
	- Migração de Curso	Criar campanhas publicitárias nas páginas institucionais das mídias sociais para divulgar as ações de interesse do público externo	Comunicação	Permanente
	-Problemas financeiros	Criar acesso da comunidade interna às informações acerca dos projetos e programas institucionais, por meio de canais de comunicação.	Comunicação	Permanente
	- Recolocação profissional	Divulgar ampla e permanentemente a oferta institucional em escolas, associações, empresas e sindicatos por meio de vídeos institucionais, mostra virtual, catálogo de cursos, palestras, feiras...	Comunicação	Permanente
	- Inserção do curso no mercado de trabalho local			



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

		Realizar ações que fortaleçam a comunicação da família com a instituição	Comunicação	Permanente
		Contatar as empresas/instituições para divulgação do perfil profissional dos cursos ofertados	Comunicação	Permanente
		Criar campanha de comunicação para ampliação da divulgação das matrículas e rematrículas	Comunicação	Permanente
		Aprimorar as explicações sobre a proposta pedagógica dos cursos nas primeiras semanas de aula	Diretoria de Ensino/Comunicação	Permanente

A meta qualitativa “Monitoramento, avaliação e acompanhamento dos cursos do IFRS” é expressa na Tabela 13, onde são elencadas suas ações, o gestor responsável e o prazo para execução.

Tabela 13: Meta qualitativa: Monitoramento, avaliação e acompanhamento dos cursos do IFRS.

Meta	Fatores Causais	Ação Proposta	Agente Responsável	Prazo
Monitoramento, avaliação e acompanhamento dos cursos do IFRS	-Dificuldades no acompanhamento dos conteúdos - Reprovação em semestres/anos anteriores - Busca pela conclusão dos estudos em outra Instituição após reprovação - Incompatibilidade de horário entre trabalho e estudos (cansaço, muitos acabam optando pelo	Viabilizar a flexibilização da matriz curricular	Direção e Coordenação de Ensino dos <i>Campi</i>	Permanente
		Estudar a viabilidade de oferta de determinados cursos em horários diferenciados	Direção e Coordenação de Ensino dos <i>Campi</i>	Permanente
		Adequar os cursos às demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental	Direção e Coordenação de Ensino dos <i>Campi</i> /DI	Permanente



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

	trabalho que lhes garante sobrevivência)	Realizar fóruns institucionais para discutir os projetos pedagógicos e os problemas inerentes aos cursos	Pró-Reitoria de Ensino/Direções de Ensino dos <i>Campi</i>	Permanente
	- Falta de tempo para estudar fora da instituição - Nível de exigência muito rigoroso - Inserção do curso no mercado de trabalho local	Oferecer oficinas e cursos de preparação para ingresso dos estudantes na Instituição e para alinhamento de conhecimentos aos estudantes em curso	Direção de Ensino/Coordenação de Curso/Equipe Pedagógica do <i>Campus</i>	Permanente

A meta qualitativa “Ações coordenadas pelas Pró-Reitorias” é expressa na Tabela 14, onde são elencadas suas ações, o gestor responsável e o prazo para execução.

Tabela 14: Meta qualitativa: Desenvolvimento de Programas Institucionais com ações coordenadas pelas Pró-Reitorias.

Meta	Fatores Causais	Ação Proposta	Agente Responsável	Prazo
Desenvolvimento de Programas Institucionais com ações coordenadas pelas Pró-Reitorias, com vistas à consolidação da identidade institucional e do sentimento de pertencimento dos atores sociais envolvidos	-Problemas financeiros - Dificuldades no acompanhamento dos conteúdos - Relacionamento com alguns professores - Relacionamento com os colegas	Implantar Programa de Monitoria Estudantil Institucional	Pró-Reitoria de Ensino	Permanente
		Fomentar projetos para articulação entre a teoria e a prática, a partir da implantação de programas de bolsas que envolvam Ensino, Pesquisa e Extensão	Pró-Reitorias Ensino/Extensão/Pesquisa	Permanente
		Ampliar a participação de estudantes voluntários nos	Pró-Reitorias Ensino/Extensão/Pesquisa	Permanente



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

		projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão		
		Fortalecer os Neabi, Neppges e Napne	Pró-Reitorias Ensino/Extensão/Pesquisa	Permanente
		Ampliar o apoio à participação em eventos dos estudantes	Pró-Reitorias Ensino/Extensão/Pesquisa	Permanente
		Desenvolver espaços de discussões e relatos de experiências exitosas com os egressos, estudantes e servidores sobre a temática Permanência e Êxito dos estudantes	Pró-Reitorias Ensino/Extensão/Pesquisa	Permanente
		Desenvolver Programas de Formação Continuada para o ensino em EPT	Pró-Reitoria de Ensino	Permanente
		Implementar programa de capacitação para as coordenações de ensino dos <i>Campi</i>	Pró-Reitoria de Ensino	Semestral
		Implementar programa de capacitação para as equipes de ensino dos <i>Campi</i>	Pró-Reitoria de Ensino	Semestral

A meta qualitativa “Articulação Institucional interna e externa visando minimizar fatores estruturais que contribuem com a evasão” é expressa na Tabela 15, onde são elencadas suas ações, o gestor responsável e o prazo para execução.



Ministério da Educação
 Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
 Conselho Superior

Tabela 15: Meta qualitativa: Articulação Institucional interna e externa visando minimizar fatores estruturais que contribuem com a evasão.

Meta	Fatores Causais	Ação Proposta	Agente Responsável	Prazo
Articulação Institucional interna e externa visando minimizar fatores estruturais que contribuem com a evasão	<ul style="list-style-type: none"> - Distância entre casa/Instituição - Falta de transporte para se deslocar até a Instituição - Relacionamento com alguns professores - Relacionamento com os colegas - Problemas familiares - Incompatibilidade de horário entre trabalho e estudos (cansaço, muitos acabam optando pelo trabalho que lhes garante sobrevivência) 	Realizar articulação com as políticas sociais públicas, bens e serviços públicos (transporte, segurança pública, saúde, etc.)	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional / Direções Gerais dos <i>Campi</i> / Diretoria de Administração e Patrimônio	Permanente
		Envolver a equipe técnica de infraestrutura e comunidade acadêmica no planejamento de ações de melhoria dos espaços físicos	Diretoria de Desenvolvimento Institucional e equipe técnica de infraestrutura dos <i>Campi</i> /Diretoria de Administração e Patrimônio	Permanente

Por fim, apresenta-se a meta “Criação do Observatório de Permanência e Êxito de estudantes no IFRS” (Tabela16), que foi constituída com base na meta estipulada no PDI 2014-2018. Essa meta visa atender a demanda geral deste plano e não especificamente um ou outro fator causal.

Tabela 16: Meta qualitativa: Criação do Observatório de Permanência e Êxito de estudantes no IFRS.

Meta	Ação Proposta	Agente Responsável	Prazo
Criação do Observatório de Permanência e Êxito de estudantes no IFRS	Acolher projetos de ensino, pesquisa e extensão que tratem de temas que integrem o observatório de permanência e êxito do IFRS	Pró-Reitorias de Ensino/Pesquisa/Extensão	Permanente



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

	Construir um instrumento para levantamento dos dados (qualitativos e quantitativos) de evasão e retenção no IFRS a ser aplicado nas Subcomissão Própria de Avaliação (SPA) dos <i>Campi</i> e Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRS	Pró-Reitorias de Ensino/Desenvolvimento Institucional e Direções Gerais dos <i>Campi</i>	Dez 2018
	Aplicar (SPA) junto aos <i>Campi</i> o instrumento de estudo sobre evasão e retenção no IFRS e realizar a análise dos dados.	Pró-Reitorias de Ensino/Desenvolvimento Institucional e Direções Gerais dos <i>Campi</i>	Dez 2018
	Realizar Seminário Bianual de análise dos dados e planejamento de ações para o combate à evasão e retenção.	CIAAPE	Dez 2018
	Acompanhar e avaliar junto aos <i>Campi</i> as ações de superação dos índices de evasão e retenção identificados a partir da análise de dados e do Seminário Bianual.	CIAAPE local/Direções Gerais	Dez 2018
	Sistematizar Indicadores qualitativos e quantitativos de Permanência e Êxito por curso	Desenvolvimento Institucional local	Dez 2018
	Sistematizar indicadores qualitativos e quantitativos de Permanência e Êxito por Pró-Reitoria	Pró-Reitorias de Ensino/Pesquisa/Extensão/Desenvolvimento Institucional/Administração	Dez 2018
	Fomentar Pesquisa voltada à Permanência e Êxito	Pró-Reitorias de Ensino/Pesquisa/Extensão/Desenvolvimento Institucional/Administração	Dez 2018



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

	dos Estudantes		
--	----------------	--	--

CAPÍTULO VI ESTRATÉGIAS DE MONITORAMENTO DOS INDICADORES, DAS METAS E DAS AÇÕES

Uma vez elaborado este Plano em nível Institucional, para continuidade de sua implementação, cada *Campus* deverá elaborar seu Plano Estratégico de Permanência e Êxito, tomando por base a estrutura aqui apresentada, com o levantamento dos indicadores a nível de *Campus*, por modalidade de ensino e por curso oferecido. Além disso, deverá complementar as metas e ações gerais aqui propostas, levando em conta as necessidades e as especificidades locais.

O processo de monitoramento dos indicadores e das ações deverá ser realizado pela PROEN e pela CPA, a nível Institucional, com a atualização anual dos indicadores apresentados neste Plano e a avaliação e revisão das metas e ações propostas. De maneira similar, os *Campi*, através de suas SPAs e subcomissões, com o apoio da PROEN e CPA, deverão atualizar anualmente seus indicadores e avaliar e rever suas metas e ações. Contribuirão para esse processo as pesquisas envolvidas no Observatório de Permanência e Êxito, analisando e propondo novos indicadores e possíveis estratégias de prevenção à evasão e ao abandono escolar.

Após essa etapa de avaliação, deverá ser elaborado um Relatório Anual de Permanência e Êxito, que demonstre as ações executadas, as evidências levantadas a partir desses estudos de análise e a avaliação dos resultados alcançados ao longo do período, uma vez que o material coletado servirá de subsídio para outras iniciativas.

Dessa forma, o monitoramento dos indicadores, metas e ações compreenderá as seguintes atividades, considerando, também, as contribuições do Observatório de Permanência e Êxito:

- ✓ Criação dos Planos Estratégicos dos *Campi*;
- ✓ Levantamento dos indicadores quantitativos e qualitativos a nível de *Campus*, por modalidade e curso oferecido;
- ✓ Validação (acréscimo ou retirada) dos fatores causais de evasão e retenção do curso/modalidade;
- ✓ Validação das metas e ações propostas, tomando por base as necessidades e especificidades locais;
- ✓ Inclusão das metas e ações validadas nos Planos de Ação Institucional e dos *Campi*;
- ✓ Avaliação anual das metas e das ações previstas nos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito dos *Campi*;
- ✓ Avaliação anual das metas e das ações previstas neste Plano Estratégico de Permanência e Êxito;
- ✓ Elaboração de um Relatório Anual de Permanência e Êxito, com um relato das atividades de acompanhamento das ações desenvolvidas e com a análise dos resultados das metas e das ações;
- ✓ Inserção desses resultados no Relatório de Gestão Anual e nos Relatórios de Ações e Resultados dos *Campi*;
- ✓ Apresentação dos resultados das metas e das ações à comunidade, ao Conselho Superior da Instituição e aos Conselhos dos *Campi*;

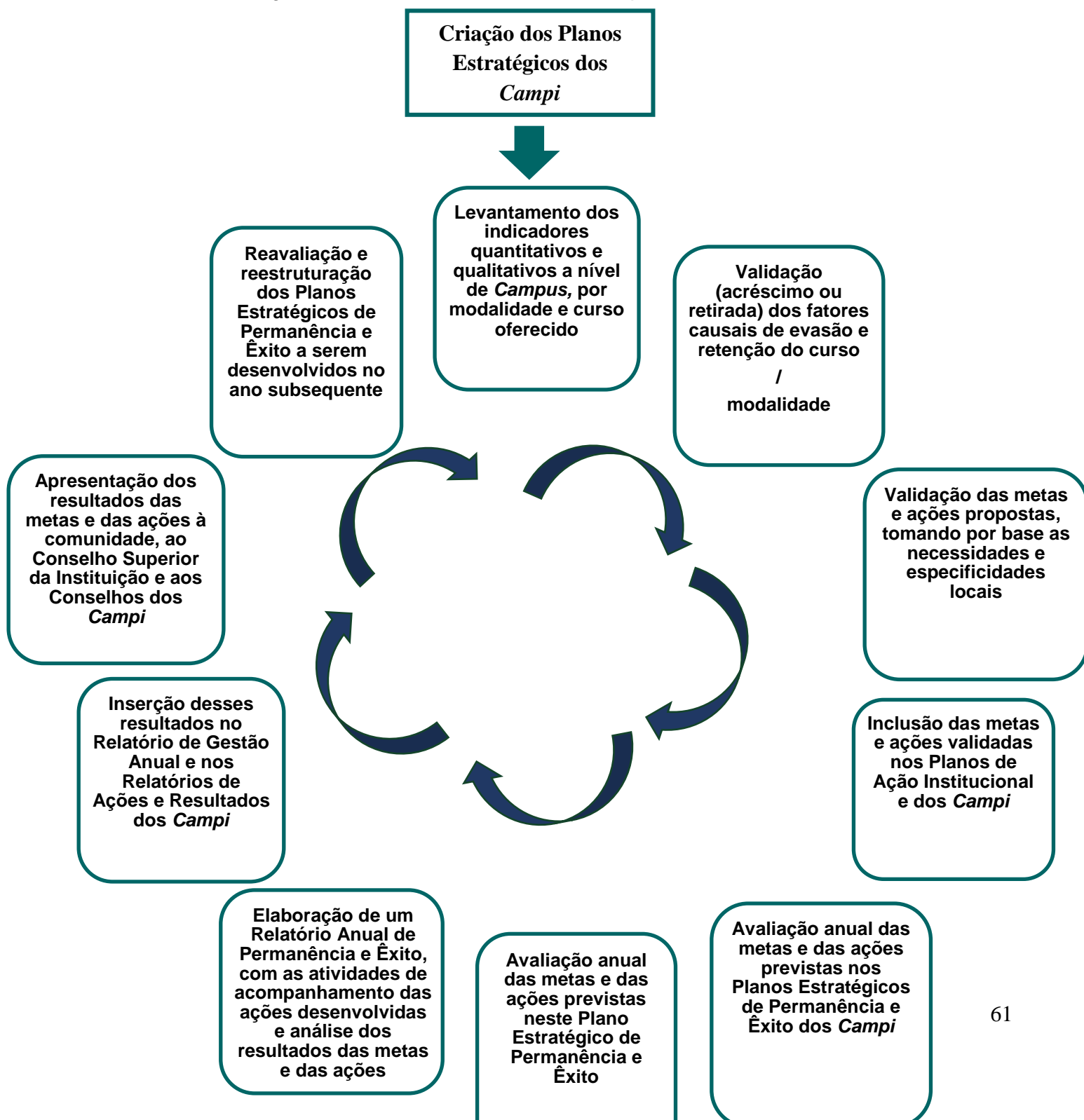


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

✓ Reavaliação e reestruturação dos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito a serem desenvolvidos no ano subsequente.

A Figura 35 abaixo ilustra o ciclo anual de atividades de monitoramento e avaliação dos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito dos *Campi*.

Figura 35: Ciclo anual de atividades de monitoramento e avaliação dos Planos Estratégicos de Permanência e Êxito dos *Campi*.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte-se de um número expressivo de conceitos que tratam sobre evasão e abandono escolar e que implicam em uma relação direta entre os motivos de ingresso e a trajetória dos que permanecem, dos que desistem e dos egressos. São muitos os fatores e, na possibilidade de caracterizá-los conforme Dore (2011), os aspectos reincidentem nos “fatores individuais dos estudantes”. Por vezes, essa preponderância pode indicar possibilidades de articulação com as condições objetivas da população, que resultam da forte desigualdade social marcada historicamente. Apropriamo-nos da noção de *habitus* e de capital social que, segundo Bourdieu (2007) e Charlot (2013), refletem a forma como a escola recebe e atua sobre os estudantes dos diferentes segmentos da sociedade. Entre alguns dos elementos de desajuste entre o espaço escolar e os estudantes, citados pelos autores, encontra-se a inexistência de uma compatibilidade linguística e cultural entre os professores e os estudantes. A desconsideração do arcabouço intelectual e cultural próprio do estudante, acaba por afastá-lo. Nesse sentido, as práticas escolares devem considerar as dimensões políticas, socioeconômicas, históricas, entre outras, dos estudantes.

Contudo, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito visa “a expansão das potencialidades humanas e a emancipação do coletivo, com olhar em todas as direções e dimensões – histórica, cognitiva, social, afetiva e cultural” (SILVA e LIMA, 2017). Para além dos fatores individuais, a identificação e análise dos fatores internos e externos à instituição são elementos a serem considerados na implantação e na avaliação das diretrizes que orientam as políticas nas diferentes esferas públicas. Em consonância com o que aponta Tinto (1975), os estudos descritivos e os estudos teóricos reiteram a necessidade de atenção aos processos que abrangem o estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar, considerando o engajamento acadêmico ou de aprendizagem e o engajamento social ou das relações interpessoais que compreendem as interações com os colegas, com os professores e com os demais membros da comunidade escolar.

A complexidade do tema evasão indica soluções também complexas e o direcionamento que o plano adota é o da prevenção, identificação precoce do problema e acompanhamento individual dos estudantes que se apresentam vulneráveis à evasão.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980, p. 9.
- BOURDIEU, P. A distinção. Porto Alegre: Zouk, 2007. (Publicado originalmente em francês, 1979).
- BOURDIEU, P. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. [Trad. Lucy Magalhães]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975. (Série Educação em Questão).
- DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.
- DORE, R., MARGIOTTA, U. Transição escola-trabalho e perfis de estudantes evadidos e diplomados na educação profissional técnica no Brasil. In: Rosemary Dore; A C Araújo; J S Mendes. (Org.). **Evasão na educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. 1ed.Brasília: IFB, 2014, v. 1, p. 315-341.
- DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770-89, dez. 2011. <http://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar** – Documento Regional BRASIL: Fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar, 2005.
- FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: cut, 2005a. p. 19-62.
- MACHADO, M. R. L.; MOREIRA, P. R. Educação profissional no Brasil, evasão escolar e transição para o mundo do trabalho. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 3., 2012, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Cefet-MG, 2012. Disponível em:
- MAKARENKO, Anton S. Problemas da educação escolar. Moscou: Progresso, 1996.
- PAIVA, Vanilda P. O novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. Educação e sociedade. *Campinas*, n. 45, ago. 1993.
- POLYODRO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário**: condições de saída e de retorno a instituição. 2000. 167 f. Tese (Doutorado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- RUMBERGER, R. W. **DROPPING out**: why students drop out of high school and what can be done about it. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2011. p. 1-19.
- SILVA FILHO, R. B., LIMA ARAÚJO, R. M. L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. In: **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v.8, n.1, p. 35-48, 2017. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito>
- TINTO, V. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. Review of Educational Research, Washington, v. 45, n. 1, p. 89-125, Winter, 1975.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

ANEXO I
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Acordo de Metas e Compromissos n.º.... que entre si celebram a União, representada pelo **Ministério da Educação**, por intermédio da **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**, e o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**, para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

A UNIÃO, representada pelo **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.445/0074-59, sediada na Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, 4º andar, Brasília - DF, neste ato, representada pelo Secretário, **Eliezer Moreira Pacheco**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília – DF, RG nº 9.020.406.287, expedida pela SSP/RS, CPF nº 075.109.770-53, nomeado pela Portaria nº 824, publicada no Diário Oficial da União de 30.09.2005, e o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**, inscrito no CNPJ/MF no. 10.637.926/0001-46, representado pela sua Reitora **Cláudia Schiedeck Soares de Souza**, brasileira, nomeada por Portaria Ministerial, nº 047 de 07/01/2009, publicado no DOU de 08/01/2009, RG nº 6019551529, CPF nº 435.644.700-00, residente e domiciliado na Rua Flores da Cunha, 145/402, Bairro Centro, CEP: 95720-000, Estado do Rio Grande do Sul.

CONSIDERANDO:

- a necessidade da efetiva implantação e implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais - IF) no âmbito do Plano de Reestruturação e Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- a implantação dos Institutos Federais, dada a sua relação com o conjunto de políticas para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), fundamental para a efetividade destas;
- que os Institutos Federais têm, na condição de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REDE, eixo norteador e ideário comum a sustentar a sua razão de existir;
- que a condição de REDE pressupõe a obrigação em tecer relações entre as instituições que a compõem e, a partir delas, com outras, cujo compartilhamento de idéias e ações contribuem para cumprimento de sua missão institucional;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

- as políticas e diretrizes do MEC expressas no Plano de Desenvolvimento da Educação;
- o compromisso dos Institutos Federais - IF com a formação de professores e a implementação de ações em favor da melhoria da educação básica;
- que os Institutos Federais – IF devem atuar como agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades e representações locais e regionais, significado maior da articulação com os arranjos produtivos, sociais e culturais;
- que os Institutos Federais – IF devem estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública;
- o compromisso dos Institutos Federais - IF com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão sempre em benefício da sociedade, a eficácia nas respostas de formação profissional, a construção, a difusão e a democratização do conhecimento científico e tecnológico, suporte e interação com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, fundamentos estruturantes dos Institutos Federais;
- que o compromisso dos Institutos Federais - IF com diversidade, com a redução das barreiras educativas e com a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas, implica na ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- que a atuação, dos Institutos Federais - IF, pautada na democratização do acesso e permanência nos processos formativos implica na ampliação da oferta, na necessidade de reduzir as taxas de evasão, na ocupação de vagas ociosas, e sua ocupação em todos os turnos, especialmente no período noturno;
- a necessidade de mobilidade estudantil, com implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de estudos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação profissional, na formação inicial e continuada, na formação técnica de nível médio e no nível superior;
- os compromissos dos Institutos Federais - IF com a implantação do programa de reconhecimento de saberes não formais para fins de certificação e acreditação profissional;
- a necessidade da diversificação da oferta de cursos, especialmente os inovadores, sintonizados com as demandas que contribuam para o desenvolvimento local e regional e, conseqüentemente, a sua adequação aos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos, Superiores de Tecnologia e demais catálogos nacionais;
- o compromisso dos Institutos Federais - IF com a adesão, apoio e participação na implementação dos Sistemas de Informação do MEC, SETEC e da REDE;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

- a necessidade de revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos e atualização de métodos e metodologias de ensino, buscando elevação da qualidade dos processos formativos;
- a necessidade de articulação da educação profissional científica e tecnológica e da educação superior com a educação básica e da graduação com a pós-graduação, com ênfase na inovação e ciência aplicada;
- os compromissos dos Institutos Federais - IF com a implantação de programas e sistemas de gestão comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos;
- a necessidade de obtenção de um instrumento efetivo de planejamento de curto, médio e longo prazo que articule as ações da REDE com as políticas e diretrizes de Educação do País.

RESOLVEM celebrar o presente Termo, para os fins de estruturação, organização e atuação dos Institutos Federais criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, bem como de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/93, no que couber, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo o Plano de Estruturação, Expansão e Atuação do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul** expresso por meio deste acordo e da planilha de metas e compromissos, integrantes deste instrumento, como se transcritos estivessem, a serem atingidos em curto prazo, até o ano de 2013 e projeção de manutenção ou ampliação nos anos seguintes, tomando como marco de médio prazo o ano de 2016 e de longo prazo o ano de 2022, bicentenário da Independência da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das Metas e Compromissos:

1. Índice de eficiência da Instituição

Alcance da meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas;

2. Índice de eficácia da Instituição

Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

3. Alunos matriculados em relação à força de trabalho

Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se, para efeito deste Termo de Acordo de Metas e Compromissos, os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (*lato-sensu* e *stricto-sensu*) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo quadro de professores ativos na Instituição.

Para o cálculo desta relação, cada professor DE ou de 40 horas será contado como 01(um) professor e cada professor de 20 horas será contado como meio;

O número de alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas.

4. Vagas para os cursos técnicos

Manutenção de pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio, conforme disposto na lei de nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008;

5. Vagas para a formação de professores e Licenciaturas

Manutenção de pelo menos 20% de vagas para os cursos de licenciaturas e de formação de professores conforme o disposto na lei de nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008;

6. Vagas PROEJA

Compromisso da oferta de curso de PROEJA (técnico e FIC) na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional, conforme o disposto no Decreto de nº 5.840, de 13 de julho de 2006;

7. Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica

Apresentação de em média pelo menos um projeto, com a efetiva realização de um programa de melhoria da qualidade da educação básica, por Campus, especialmente em apoio ao ensino médio inovador, direcionado às escolas, professores e alunos das redes públicas, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com os sistemas públicos de ensino;

8. Programa de Formação Inicial e Continuada

Implementação no Instituto Federal de cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional, em pelo menos, uma área ou eixo tecnológico;

9. Oferta de Cursos a Distância

Implantação da modalidade Educação à Distância como atividade regular, no Instituto Federal;

10. Forma de acesso ao ensino técnico

Adoção, até 2011, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas que contemplem as realidades locais dos campi;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

11. Forma de acesso ao ensino superior

Adoção, até 2011, de formas de acesso assentadas em ações afirmativas que contemplem as realidades locais dos campi e adoção do ENEM para o acesso aos cursos de graduação;

12. Forma de acesso às Licenciaturas

Adoção prioritária de vagas para professores das redes públicas, conforme preceitos legais e demandas da sociedade;

13. Programas de apoio a estudantes com elevado desempenho

Implantação, até 2011, de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho nos Exames Nacionais da Educação Básica (Prova Brasil, SAEB e ENEM) e olimpíadas promovidas pelo MEC;

14. Pesquisa e Inovação

Apresentação e desenvolvimento de, em média, pelo menos um projeto de pesquisa, inovação e/ou desenvolvimento tecnológico por Campus, que reúna, preferencialmente professores e alunos de diferentes níveis de formação, em todos os campi, até o início de 2011, e ampliação em pelo menos 10% ao ano dessas atividades, em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham interface de aplicação com interesse social;

15. Projetos de Ação Social

Apresentação e desenvolvimento de projetos de ação social, em média, de um em cada Campus, até o início de 2011; e ampliação dessas atividades em pelo menos 10% ao ano, pela implementação de projetos de ações inclusivas e de tecnologias sociais, preferencialmente, para populações e comunidades em situação de risco, atendendo às áreas temáticas da extensão;

16. Núcleo de Inovação Tecnológica

Implementação de Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT, e programas de estímulo à organização cooperativa que incentivem a pesquisa, inovação e o empreendedorismo;

17. Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão intercampi e interinstitucionais

Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os Campi do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais;

18. SIMEC, SISTec e Sistema de Registro de Preços do MEC

Adesão, a partir de 2010, ao SIMEC, SISTec e Sistema de Registro de Preços do MEC e a outros programas de interesse coletivo da REDE FEDERAL, com compromisso de alimentação das bases de dados do Ministério da Educação;

19. SIGA-EPT

Adesão ao sistema SIGA-EPT ou compromisso com a transferência para sua base de dados, via digital, das informações mínimas solicitadas pelo MEC/SETEC. Considerando, neste caso, a disponibilidade da descrição de formatos para intercâmbio de dados do SIGA-EPT com outros sistemas.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além das metas e compromissos assumidos no Termo de Acordo de Metas e Compromissos:

I – DO MEC/SETEC

1. Desenvolver ações para assegurar os recursos necessários para custear as despesas com a execução do presente instrumento, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta e mediante a celebração de instrumentos específicos, em conformidade com a legislação correlata.
2. Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução desse Termo de Acordo de Metas e Compromissos, conforme planilhas integrantes deste instrumento, bem como fornecer, quando solicitado, o assessoramento necessário para o seu cumprimento;
3. Criar um sistema de avaliação dos cursos técnicos similar ao ENADE, atualmente existente para os cursos superiores.
4. Aferir o cumprimento das Metas e Compromissos acordados por meio do SIMEC/SISTec/Censo/SIGA-EPT;
5. Prover as instituições dos cargos e das funções necessários, visando a implementação e o cumprimento do plano de metas estabelecido nesse acordo, respeitados os limites de autorização e provisão determinados pelo Ministério do Planejamento.
6. Criar comissão de acompanhamento/supervisão do Termo de Acordo de Metas e Compromissos com a garantia da participação de representação do CONIF;
7. Desenvolver ações no sentido de assegurar a reposição de pessoal (banco de professor equivalente e quadro de referência de técnico administrativo), considerando a relação de 1:0,75, ou seja, haverá 04 professores para cada 03 técnico administrativos em educação;
8. Desenvolver ações para ampliar a assistência estudantil, em parâmetros consentâneos com os praticados no âmbito das Universidades Federais;
9. Desenvolver ações para garantir um programa de pós-graduação stricto sensu (mestrado profissional e doutorado) para os servidores docentes e técnico administrativos em educação dos Institutos Federais.

II. DO INSTITUTO

1. Cumprir integralmente as obrigações pactuadas neste instrumento e no Plano aprovado pelo MEC/ SETEC;
2. Utilizar os recursos do presente Acordo de Metas e Compromissos, exclusivamente na execução do seu objeto, mantendo a dotação orçamentária e classificação de despesa originária;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

3. Encaminhar os dados ao SIMEC/SISTec/Censo/SIGA-EPT, conforme o caso, de acordo com o cronograma e procedimentos acordados com o MEC/SETEC;
4. Fornecer todas as informações que o MEC/ SETEC solicite sobre o Plano, sua situação financeira e documentos de licitação, quando houver, nos prazos previamente estabelecidos;
5. Anexar a este Termo Acordo de Metas e Compromissos as planilhas preenchidas com os dados correspondentes a cada campus do Instituto;
6. Desenvolver programas de apoio a projetos de assistência estudantil como mecanismos que promovam a adoção de políticas afirmativas, democratização do acesso, a permanência e êxito no percurso formativo e a inserção sócio-profissional, tendo como pressuposto a inclusão de grupos em desvantagem social;
7. Orientar-se, em consonância com as normativas legais pertinentes, pelo documento de Concepção e Diretrizes para os Institutos Federais, constantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do Ministério da Educação, pelas diretrizes para o ensino, pesquisa e extensão, pelos modelos de estruturas organizacionais e pelo sistema de gestão administrativo-orçamentário-financeiro anexados a este Termo de Acordo de Metas e Compromissos e às suas versões atualizadas pela SETEC/MEC disponíveis no SIMEC;
8. Disponibilizar infra-estrutura necessária: recursos humanos, financeiros e materiais para oportunizar cursos específicos de pós-graduação stricto sensu a todos os servidores que não possuem o título de mestre ou doutor.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO

A vigência do presente instrumento será de 12 (anos) anos contados da data de sua assinatura.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - É vedado o aditamento deste instrumento para alteração do objeto.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Poderão ser propostos ajustes no instrumento, anualmente, com as devidas justificativas, articulados ao Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal, com vistas à repactuação, a ser analisada e aprovada pela SETEC/MEC, considerando a dinamicidade do processo de planejamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA DEFINIÇÃO DOS INDICADORES GLOBAIS

O **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e o Ministério da Educação**, considerando a Previsão de Estrutura Organizacional e Quadro de Pessoal, se comprometem a cumprir as metas que são explicitadas na planilha de metas e compromissos, anexa.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA – O montante de recurso para execução deste acordo de metas é R\$ 29.320.000,00 (vinte e nove milhões, trezentos e vinte mil reais) para investimentos e demais despesas e de R\$ 29.826.592,00 (vinte e nove milhões, oitocentos e vinte e seis mil e quinhentos e noventa e dois reais) para as demais despesas pessoal e encargos sociais, sendo o último incorporado ao orçamento da instituição após o cumprimento das metas estabelecidas

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – A distribuição dos recursos nos programas, ao longo dos oito anos, está definida na mesma planilha.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - No exercício de 2010, os recursos foram alocados na Unidade Orçamentária do Instituto Federal.

SUBCLÁUSULA QUARTA – Serão descentralizados recursos oriundos da Unidade Orçamentária MEC nos exercício de 2011 e subseqüentes como complemento ao estabelecido neste Acordo de Metas e Compromissos.

SUBCLÁUSULA QUINTA – Para despesas de capital serão investidos o valor médio de R\$2.000,00 (dois mil reais) por aluno matriculado, **considerando os anos de 2009, 2010 e 2011**, nos termos deste Acordo de Metas e Compromissos, disponibilizados da seguinte forma:

Item	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal		18.510.802	26.490.723	29.826.592	29.826.592	29.826.592	29.826.592	29.826.592
Investimentos	673.853	7.127.780	21.518.367	0	0	0	0	0
TOTAL	18.792.199	25.638.582	48.009.090	29.826.592	29.826.592	29.826.592	29.826.592	29.826.592

SUBCLÁUSULA SEXTA – Para despesas com manutenção e pessoal ativo será utilizado como parâmetro o custo aluno médio anual de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), tomando como base o orçamento do ano de 2010.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA OPERACIONALIZAÇÃO

O presente Acordo de Metas e Compromissos não envolve a transferência de recursos entre os partícipes. Sua operacionalização dar-se-á mediante a descentralização de recursos financeiros, nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA OITAVA - EFEITOS DO DESCUMPRIMENTO DO ACORDO DE METAS E COMPROMISSOS

Os seguintes efeitos serão aplicados no caso de descumprimento dos itens do presente Acordo de Metas e Compromissos, até o cumprimento das medidas de ajustes apontadas pela SETEC/ MEC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - suspensão do envio do recurso da parcela orçamentária programada, no ano subsequente à aferição das metas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – suspensão do acréscimo de professores ao banco de professores equivalentes da instituição, quando da atualização anual do mesmo.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – o Instituto ficará desobrigado ao cumprimento estrito das metas acordadas caso haja descumprimento por parte do MEC das suas obrigações pactuadas neste acordo.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Acordo de Metas poderá ser rescindido ou denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Constitui motivo para rescisão deste Acordo de Metas e Compromissos o inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, particularmente, quando da constatação das seguintes condições:

- 1.utilização dos recursos transferidos em desacordo com o objeto e metas, constantes do Plano;
- 2.retardamento de início da execução do objeto do Acordo de Metas e Compromissos por mais de um ano, contados da data de recebimento dos recursos financeiros.
- 3.não cumprimento por parte do MEC e do Instituto Federal, das suas obrigações pactuados no acordo.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Este Acordo de Metas e Compromissos também poderá ser rescindido, a critério do MEC/SETEC, por motivo de interesse público, caso sofra alguma restrição.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos praticados em função deste Acordo de Metas e Compromissos deverá restringir-se ao caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo dela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Este Termo será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 61 da Lei 8.666/93, correndo as despesas por conta do MEC/SETEC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONTROVÉRSIAS

É competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Protocolo, que não possam ser resolvidas mediante acordo entre os partícipes, a Advocacia-Geral da União – AGU, nos termos do inciso XI, do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993”).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Brasília, de junho de 2010.

Eliezer Pacheco
Secretário de Educação Profissional e
Tecnológica

Cláudia Schiedeck Soares de Souza
Reitor do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação

TESTEMUNHAS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Conselho Superior

ANEXO II

Anexo 1: Questionário utilizado para coleta de informações qualitativas sobre as causas da evasão e retenção dos estudantes do IFRS, elaborado pela CIAAPE.

CAUSAS EVASÃO E RETENÇÃO – IFRS

Quais as principais causas que o levaram a desistir do Curso?

-) problemas financeiros
-) problemas familiares
-) incompatibilidade com horário de trabalho
-) indisponibilidade de tempo para estudar fora da instituição
-) distância entre sua casa e a instituição
-) falta de transporte adequado para chegar a instituição
-) dificuldade em acompanhar os conteúdos
-) dificuldade de relacionamento com professores
-) dificuldade de relacionamento com técnicos administrativos do IFRS ou tratamento/atendimento inadequado destes
-) dificuldade de relacionamento com colegas
-) mudança de cidade
-) o curso não atendeu suas expectativas
-) dificuldade no atendimento da Coordenação do Curso
-) dificuldade no atendimento da equipe pedagógica
-) dificuldade no atendimento da biblioteca
-) dificuldade no atendimento da secretaria acadêmica
-) dificuldade na oferta de alimentação na cantina e/ou lanchonete e/ou restaurante da instituição
-) acesso a internet
-) migração de curso
-) inserção do curso no mercado de trabalho local
-) infraestrutura
 -) laboratórios
 -) salas de aula
 -) biblioteca
 -) informática
 -) outras. _____
-) doença
-) acessibilidade
-) gravidez ou maternidade
-) desconhecimento das normas do Campus
-) assistência estudantil
-) Outros. Especifique: _____